

ATA DA QUADRINGENTÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, reuniu-se de forma presencial a Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do Magnífico Reitor da Universidade, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Amanda dos Santos de Deus, Ana Maria Frattini Fileti, Anderson de Souza Sant Ana, André Kaysel Velasco e Cruz, Ariovaldo José da Silva, Arnaldo César da Silva Walter, Claudia Regina Castellanos Pfeiffer, Cláudio Francisco Tormena, Cláudio José Servato, Dirce Djanira Pacheco e Zan, Eliana da Silva Souza, Erika Chioca Furlan, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Flavio Henrique Baggio Aguiar, Giovanna da Costa Romaro, Ivan Felizardo Contrera Toro, Jörg Kobarg, Leandro Aparecido Villas, Leonardo Lorenzo Bravo Roger, Luara Souza de Oliveira, Marcos Nogueira Martins e Rachel Meneguello. Como convidados especiais, compareceram os professores: Erich Vinicius de Paula, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Sarti, Luiz Seabra Junior, Roberta Cunha Matheus Rodrigues e Roberto Donato da Silva Junior; a doutora Raluca Savu; a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; e os senhores Fernandy Ewerardy de Souza e Maria Aparecida Quina de Souza. Justificaram ausência à Sessão a Coordenadora Geral da Universidade, Maria Luiza Moretti, e os seguintes conselheiros: Odilon José Roble, sendo substituído pelo conselheiro Ariovaldo José da Silva; Juliana Freitag Borin; Rodolfo Jardim de Azevedo; Anna Christina Sentes da Silva; Joana Fróes Bragança Bastos; Ana Maria Alves Carneiro da Silva, sendo substituída pela conselheira Claudia Regina Castellanos Pfeiffer; e Ângelo Roberto Biasi. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Quadringentésima Nona Sessão Ordinária da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão, fazendo algumas considerações iniciais. Esta Sessão está sendo transmitida pelo YouTube e ela ocorre em uma sala de 142 metros quadrados, com capacidade para 81 pessoas sentadas. O ambiente conta com cinco fileiras de mesas contínuas para os conselheiros e uma mesa para a presidência, que fica de frente para as outras cinco. Sobre todas as mesas há laptops e microfones para que os membros possam acessar as pautas e fazer uso da palavra sem precisar se deslocar. Preside a Sessão, na qualidade de Reitor da Universidade; é um homem branco, magro, de 1,85 metro de altura, de cabelos grisalhos para branco, e está trajando um terno claro e uma camisa verde escura. Solicita aos membros titulares que façam *login* no *site* da SG e acessem o menu Cepe - Sessões, para que tenham a presença registrada e recebam as cédulas de votação. Quando estiverem logados, todos os documentos ficarão acessíveis. É imprescindível que os conselheiros utilizem os computadores da sala de reuniões e que não fechem a página da SG. Caso a cédula de votação não apareça para algum conselheiro, ele deve aguardar a finalização da votação em curso e, em seguida, pedir a palavra para declarar seu voto no microfone. Para manifestação, os conselheiros deverão levantar a mão e respeitar o limite temporal de cinco minutos para a Ordem do Dia e três minutos para o Expediente. A inscrição para o Expediente deverá ser realizada por meio do livro de inscrições que se encontra sobre a mesa, à sua direita.

1 Em seguida, submete à apreciação a Ata da Quadringentesima Oitava Sessão Ordinária,
 2 realizada em 11 de fevereiro de 2025. Consulta se há observações. Não havendo, submete à
 3 votação a referida Ata, que é aprovada com 02 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 63 itens,
 4 informando que não há nenhum item de destaque obrigatório. Consulta se há destaques por
 5 parte dos conselheiros. O Conselheiro CLÁUDIO FRANCISCO TORMENA destaca o item 63
 6 – Proc. nº 01-P-7528/2010. A Conselheira GIOVANNA DA COSTA ROMARO destaca o item
 7 58 – Proc. nº 34-P-607/2025 –, do Instituto de Computação. Não havendo mais destaques, o
 8 MAGNÍFICO REITOR submete à votação os itens não destacados da Ordem do Dia, sendo
 9 aprovados, por unanimidade, os pareceres que subsidiaram os seguintes processos: I – A –
 10 Concursos para Provimento de Cargos de Professor Titular - Deliberação Consu-A-09/2015 -
 11 Pareceres Finais – Para Homologação – 01) Proc. nº 04-P-52623/2023, da Faculdade de
 12 Engenharia de Alimentos – (01 cargo/RTP) – áreas de Operações e Processos na Indústria de
 13 Alimentos e Tecnologia de Leite e Derivados, disciplinas FT723 e TP343 – Departamento de
 14 Engenharia e Tecnologia de Alimentos – Habilitada: Mirna Lucia Gigante – Aprovação pela
 15 Congregação em 29.11.24 – Pareceres da Comissão Julgadora e CIDD-18/25. 02) Proc. nº 37-
 16 P-10143/2024, da Faculdade de Tecnologia – (02 cargos/RTP) – área de Engenharia de
 17 Transportes, disciplinas EB608 e FT102 – Habilitadas: 1º Luísa Andréia Gachet e 2º Rosa
 18 Cristina Cecche Lintz – Aprovação pela Congregação em 05.12.24 – Pareceres da Comissão
 19 Julgadora e CIDD-21/25. 03) Proc. nº 37-P-15192/2024, da Faculdade de Tecnologia – (01
 20 cargo/RTP) – área de Engenharia de Telecomunicações, disciplinas TT411, TT803, TT903 e
 21 FT067 – Habilitado: Rangel Arthur – Aprovação pela Congregação em 05.12.24 – Pareceres
 22 da Comissão Julgadora e CIDD-22/25. 04) Proc. nº 22-P-22053/2024, do Instituto de
 23 Geociências – (01 cargo/RTP) – área de Geografia, disciplina GG061 – Departamento de
 24 Geografia – Habilitado: Lindon Fonseca Matias – Aprovação pela Congregação em 11.12.24 –
 25 Pareceres da Comissão Julgadora e CIDD-20/25. 05) Proc. nº 10-P-28572/2023, do Instituto de
 26 Matemática, Estatística e Computação Científica – (01 cargo/RTP) – áreas de Pesquisa
 27 Operacional, Partições Combinatórias, Análise Numérica, Análise Aplicada, Física-
 28 Matemática, Biomatemática, Problemas Inversos, Geofísica Computacional, Matemática
 29 Aplicada, Otimização e Inteligência Computacional, Análise e Processamento de Imagens,
 30 disciplinas MS211, MS428, MS515, MS529, MS728, MS553, MA673, MS329, MT403,
 31 MT404, MT421, MS431, MS850, MS991, MS550, MS650, MS750, MS380, MS480, MS680,
 32 MS512, MS629, MT520, MS712, MT525, MT402, MT530, MT540 e MT580 – Departamento
 33 de Matemática Aplicada – Habilitados: 1º Jaqueline Godoy Mesquita, 2º Gabriel Haeser, 3º
 34 Peter Sussner e 4º Sergey Tikhomirov – Aprovação pela Congregação em 05.12.24 – Pareceres
 35 da Comissão Julgadora e CIDD-19/25 – B – Concursos para Provimento de Cargos de Professor
 36 Doutor - Deliberação Consu-A-30/2013 - a) Pareceres Finais – Para Homologação – 06) Proc.
 37 nº 36-P-7405/2024, da Faculdade de Ciências Aplicadas – (01 cargo/RTP) – área de Engenharia
 38 de Produção, disciplinas ER808, LE801, LE703 e LE690 – Habilitados: 1º Maicom Sergio
 39 Brandão e 2º Lucas Antonio Risso – Aprovação pela Congregação em 04.12.24 – Pareceres da
 40 Comissão Julgadora e CIDD-16/25. 07) Proc. nº 02-P-9576/2024, da Faculdade de Ciências

1 Médicas – (01 cargo/RTP) – área de Pediatria Clínica (Subárea: Crescimento e
2 Desenvolvimento) e área de Pediatria Clínica Geral (Subárea: Endocrinologia
3 Pediátrica/Crescimento e Desenvolvimento), disciplinas MD131, MD941, MD643, MP681,
4 MP645, RM179, RM188 e RP010 – Departamento de Pediatria – Habilitada: Beatriz
5 Amstalden Barros – Aprovação pela Congregação em 29.11.24 – Pareceres da Comissão
6 Julgadora e CIDD-6/25. 08) Proc. nº 19-P-28051/2024, da Faculdade de Educação – (01
7 cargo/RTP) – área de Educação, Linguagem e Interculturalidade, disciplinas VI100, VI110 e
8 EP916 – Departamento de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte – Habilitados: 1º Marco
9 Alejandro Tobón Ocampo, 2º Marina Pereira Novo, 3º Adriana Queiroz Testa, 4º Francisco
10 Antunes Caminati, 5º Jamille da Silva Lima e 6º Edimilson Rodrigues de Souza – Aprovação
11 pela Congregação em 11.12.24 – Pareceres da Comissão Julgadora e CIDD-12/25. 09) Proc. nº
12 19-P-28066/2024, da Faculdade de Educação – (01 cargo/RTP) – área de Educação em Ciências
13 e Matemática, disciplinas VI300, VI301, VI302, VI303, EL284 e EP473 – Departamento de
14 Ensino e Práticas Culturais – Habilitadas: 1º Carolina Tamayo Osorio e 2º Ana Letícia Losano
15 – Aprovação pela Congregação em 11.12.24 – Pareceres da Comissão Julgadora e CIDD-13/25.
16 10) Proc. nº 04-P-52595/2023, da Faculdade de Engenharia de Alimentos – (01 cargo/RTP) –
17 área de Microbiologia de Alimentos, disciplinas FT430 e TP410 – Departamento de Ciência de
18 Alimentos e Nutrição – Habilitadas: 1º Soledad Palameta Miller e 2º Mariene Ribeiro Amorim
19 – Aprovação pela Congregação em 13.12.24 – Pareceres da Comissão Julgadora e CIDD-8/25.
20 11) Proc. nº 04-P-52596/2023, da Faculdade de Engenharia de Alimentos – (01 cargo/RTP) –
21 áreas de Tecnologia de Óleos e Gorduras Comestíveis e Operações e Processos na Indústria de
22 Alimentos, disciplinas FT722, FT820 e TP256 – Departamento de Engenharia e Tecnologia de
23 Alimentos – Habilitados: 1º Marcela Cravo Ferreira e 2º Daniel Gonçalves – Aprovação pela
24 Congregação em 13.12.24 – Pareceres da Comissão Julgadora e CIDD-9/25. 12) Proc. nº 05-P-
25 20202/2024, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – (01 cargo/RTP) –
26 áreas de Sistema de Abastecimento e Tratamento de Água, Recuperação e Circularidade de
27 Recursos e Qualidade do Saneamento e Ambiente, disciplinas CV642, CV942, IC776, CV045,
28 CV542, IC922 e CV141 – Departamento de Infraestrutura e Ambiente – Habilitados: 1º
29 Rodrigo de Oliveira Marques, 2º Luan de Souza Leite, 3º Carolina Gil Garcia, 4º Fernando
30 Hymnô Souza e 5º Caroline Moço Erba Pompei – Aprovação pela Congregação em 05.12.24
31 – Pareceres da Comissão Julgadora e CIDD-10/25. 13) Proc. nº 23-P-22826/2024, da Faculdade
32 de Educação Física – (01 cargo/RTP) – área de Atividade Física Adaptada, disciplinas EF631,
33 FF190 e EF216 – Departamento de Estudos da Atividade Física Adaptada – Habilitados: não
34 houve candidato habilitado – Aprovação pela Congregação em 11.12.24 – Pareceres da
35 Comissão Julgadora e CIDD-15/25. 14) Proc. nº 03-P-8561/2024, da Faculdade de Engenharia
36 Mecânica – (01 cargo/RTP) – área de Projeto Mecânico, disciplinas ES680 e ES670 –
37 Departamento de Mecânica Computacional – Habilitados: não houve candidato habilitado –
38 Aprovação pela Congregação em 02.09.24 – Pareceres da Comissão Julgadora e CIDD-7/25.
39 15) Proc. nº 37-P-15193/2024, da Faculdade de Tecnologia – (01 cargo/RTP) – área de
40 Computação, disciplinas ST266, SI304 e SI800 – Habilitados: 1º Ricardo Ferreira Vilela, 2º

1 Pedro Ivo Garcia Nunes, 3º Alexandre Mello Ferreira e 4º Matheus Bernardelli de Moraes –
2 Aprovação pela Congregação em 05.12.24 – Pareceres da Comissão Julgadora e CIDD-17/25.
3 16) Proc. nº 21-P-31674/2024, do Instituto de Estudos da Linguagem – (01 cargo/RTP) – área
4 de Estudos Clássicos/Letras Clássicas, disciplinas HL144, HL244, HL344, HL444, HL544,
5 HL644, HL744 e HL844 – Departamento de Linguística – Habilitados: 1º Rafael de Carvalho
6 Matiello Brunhara, 2º Eduardo Henrik Aubert, 3º Fernando Maciel Gazoni, 4º Alex Mazzanti
7 Junior e 5º Renan Marques Liparotti – Departamento de Linguística – Aprovação pela
8 Congregação em 12.12.24 – Pareceres da Comissão Julgadora e CIDD-14/25. 17) Proc. nº 09-
9 P-26778/2024, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – (01 cargo/RTP) – área de
10 Etnologias, disciplinas VI200, VI201, VI109 e HZ665 – Departamento de Antropologia –
11 Habilitados: 1º Marina Pereira Novo, 2º Camila Becattini Pereira de Caux, 3º Duvan Ricardo
12 Murillo Escobar e 4º Aline Fonseca Iubel – Aprovação pela Congregação em 18.12.24 –
13 Pareceres da Comissão Julgadora e CIDD-11/25 – b) Disponibilizações de Cargos – Para
14 Aprovação – 18) Proc. nº 36-P-7405/2024, da Faculdade de Ciências Aplicadas –
15 Disponibilização de mais 01 cargo/RTP para seguir com as providências cabíveis visando à
16 nomeação do 2º classificado no concurso para provimento de cargo de Professor Doutor – área
17 de Engenharia de Produção, disciplinas ER808, LE801, LE703 e LE690 – Aprovação pela
18 Congregação em 12.02.25. 19) Proc. nº 06-P-41010/2022, da Faculdade de Odontologia de
19 Piracicaba – Disponibilização de mais 01 cargo/RTP para seguir com as providências cabíveis
20 visando à nomeação da 2ª classificada no concurso para provimento de cargo de Professor
21 Doutor – área de Prótese Parcial Removível, disciplinas DC072, DC092, DE091, DM074,
22 DS101, DC082, DC102, DE101 e DM085 – Departamento de Prótese e Periodontia –
23 Homologação pela Congregação em 19.02.25. 20) Proc. nº 06-P-41015/2022, da Faculdade de
24 Odontologia de Piracicaba – Disponibilização de mais 01 cargo/RTP para seguir com as
25 providências cabíveis visando à nomeação do 2º classificado no concurso para provimento de
26 cargo de Professor Doutor – área de Dentística, disciplinas DM041, DM051, DC052, DC062,
27 DC072, DC082, DC092 e DC102 – Departamento de Odontologia Restauradora – Homologação
28 pela Congregação em 19.02.25 – C – Concurso de Livre-Docência – Parecer Final – Para
29 Homologação - Deliberação Consu-A-60/2020 - 21) Proc. nº 08-P-32826/2024, do Instituto de
30 Física Gleb Wataghin – área de Física Geral, disciplinas F128, F228, F315, F320, F328, F415,
31 F428, F489, F502, F589 e F689 - Habilitados: Ricardo Donizeth dos Reis, Francisco Paulo
32 Marques Rouxinol, Flávia Sobreira, Pierre-Louis de Assis e Rafael Luiz da Silva Rabelo –
33 Aprovação pela Congregação em 21.02.25 – Parecer da Comissão Julgadora – D – Carreira MA
34 – Concurso Público – Parecer Final – Para Homologação – Deliberação Cepe-A-08/1995 – 22)
35 Proc. nº 17-P-48095/2023, do Instituto de Artes – (01 cargo/RTP) – Professor Associado –
36 Categoria MA-II, nível D – área de Práticas Interpretativas, disciplinas MP101, MP201,
37 MP301, MP401, MP501, MP601, MP701, MP801, MP120, MP220, MP320, MP420, MP520 e
38 MP620 – Departamento de Música – Habilitados: 1º Rafael Thomaz, 2º Bruno Rosas
39 Mangueira, 3º Guilherme Augusto Lamas de Oliveira, 4º Alessandro dos Santos Penezzi, 5º
40 Victor Rocha Polo, 6º Filipe Almeida Malta, 7º Gustavo de Medeiros Santos e 8º Micael

1 Gustavo Pancrácio dos Santos – Aprovação pela Congregação em 12.12.24 – Pareceres da
 2 Comissão Julgadora e CIDD-60/25 – E – Concurso para Ingresso na Carreira PQ – Abertura –
 3 Para Aprovação – Artigo 13 da Deliberação CAD-A-01/2019 – 23) Proc. nº 01-P-44845/2024,
 4 do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais – 01 cargo – Pesquisador Nível C – 20 horas
 5 semanais, com opção preferencial pela jornada de 40 horas semanais – área de Modelagem
 6 Ambiental e Socioecologia, junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais – Aprovação
 7 pelo Conselho Superior do Nepam em 28.11.24 – Deliberação CAI/Consu- 01/25 e Parecer
 8 CIDD-01/25 – F – Processo Seletivo Público para Ingresso na Carreira MST – Parecer Final –
 9 Para Homologação – Deliberação Cepe-A-04/2012 – 24) Proc. nº 13-P-5262/2024, do Colégio
 10 Técnico de Limeira – 02 cargos nas categorias e níveis correspondentes à titulação do docente
 11 a ser admitido, sendo 01 cargo em jornada de 40 horas semanais e 01 cargo em jornada de 20
 12 horas semanais – Departamento de Infraestrutura e Tecnologia – Habilitados: 1º William
 13 Roberto de Paiva, 2º Danilo Rodrigues Pereira e 3º Ricardo Henrique Candido – Aprovação
 14 pela Comissão Geral de Avaliação em 09.12.24 e Parecer CIDD-51/25 – G – Promoções por
 15 Mérito – Carreira MS – Níveis Intermediários – Pareceres Finais – Para Homologação –
 16 Deliberação Consu-A-27/2014 – 25) Proc. nº 36-P-12525/2024, da Faculdade de Ciências
 17 Aplicadas - Nível MS-5.1 para Nível MS-5.2 - Adriana Bin - Parecer CIDD-31/25, Anibal
 18 Tavares de Azevedo - Parecer CIDD-32/25, Augusto Ducati Luchessi - Parecer CIDD-33/25,
 19 Bruno Brandão Fischer - Parecer CIDD-34/25, Christiano França da Cunha - Parecer CIDD-
 20 35/25, Cristiano Morini - Parecer CIDD-36/25, Cristiano Torezzan - Parecer CIDD-37/25,
 21 Diogo Thimoteo da Cunha - Parecer CIDD-38/25, Edmundo Inácio Júnior - Parecer CIDD-
 22 39/25, Eliana de Toledo Ishibashi - Parecer CIDD-40/25, Gustavo Hermínio Salati Marcondes
 23 de Moraes - Parecer CIDD-41/25, Maria Cláudia Gonçalves de Oliveira - Parecer CIDD- 42/25,
 24 Milena Pavan Serafim - Parecer CIDD-43/25, Mauricio Ariel Rostagno - Parecer CIDD-44/25,
 25 Oswaldo Gonçalves Junior - Parecer CIDD-45/25 e Sandra Francisca Bezerra Gemma - Parecer
 26 CIDD-46/25 – Aprovação pela Congregação em 04.12.24 (Parecer da Comissão de Avaliação).
 27 26) Proc. nº 05-P-22421/2024, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo –
 28 Nível MS-5.1 para Nível MS-5.2 – Leandro Mouta Trautwein - Parecer CIDD-23/25, Cilmar
 29 Donizeti Baságli - Parecer CIDD-24/25 e Gustavo Henrique Siqueira - Parecer CIDD-25/25 –
 30 Aprovação pela Congregação em 05.12.24 (Parecer da Comissão de Avaliação). 27) Proc. nº 38-
 31 P-33941/2024, da Faculdade de Enfermagem - Nível MS-3.1 para Nível MS-3.2 - Flávia de
 32 Oliveira Motta Maia - Parecer CIDD-47/25 – Aprovação pela Congregação em 13.12.24
 33 (Parecer da Comissão de Avaliação). 28) Proc. nº 07-P-50734/2023, do Instituto de Biologia -
 34 Nível MS-5.1 para Nível MS-5.2 - André Rinaldo Senna Garraffoni - Parecer CIDD-284/24 –
 35 Homologação da aprovação *ad referendum* pela Congregação em 25.02.25 (Parecer da
 36 Comissão de Avaliação). 29) Proc. nº 10-P-37246/2024, do Instituto de Matemática, Estatística
 37 e Computação Científica - Nível MS-3.1 para Nível MS-3.2 - Pietro Speziali - Parecer CIDD-
 38 27/25 e Viviana Jorgelina del Barco - Parecer CIDD-28/25 – Nível MS-5.1 para Nível MS-5.2
 39 - Laura Leticia Ramos Rifo - Parecer CIDD-26/25 – Nível MS-5.2 para Nível MS-5.3 - Sergio
 40 Antonio Tozoni - Parecer CIDD-29/25 – Aprovação pela Congregação em 05.12.24 (Parecer da

1 Comissão de Avaliação). 30) Proc. nº 11-P-42006/2024, do Instituto de Química - Nível MS-
2 5.1 para Nível MS-5.2 – José Alberto Fracassi da Silva - Parecer CIDD-30/25 – Aprovação
3 pela Congregação em 17.12.24 (Parecer da Comissão de Avaliação) – H – Progressões por
4 Desempenho – Carreira MST – Para Aprovação – Deliberação Cepe-A-02/1997 – 31) Proc. nº
5 13-P-579/2014, de Bianca Refundini Magnusson – Cotil – Professora do Magistério Secundário
6 Técnico – Categoria III nível I para Categoria III nível J, em jornada de 20 horas semanais –
7 Departamento de Infraestrutura e Tecnologia – Aprovação pela Comissão Geral de Avaliação
8 em 09.12.24 – Parecer CIDD-54/24. 32) Proc. nº 12-P-29235/2009, de Célio André Barbosa –
9 Cotuca – Professor do Magistério Secundário Técnico – Categoria III nível J para Categoria III
10 nível L, em jornada de 40 horas semanais – Departamento de Humanidades – Aprovado pela
11 Comissão Geral de Avaliação em 28.11.24 e Congregação em 12.12.24 – Parecer CIDD-53/25.
12 33) Proc. nº 01-P-4740/1992, de João Lourenço Batistuzzo Bertim – Cotuca – Professor do
13 Magistério Secundário Técnico – Categoria III nível H para Categoria III nível I, em jornada
14 de 10 horas semanais – Departamento de Segurança do Trabalho e Meio Ambiente – Aprovado
15 pela Comissão Geral de Avaliação em 28.11.24 e Congregação em 12.12.24 – Parecer CIDD-
16 52/25 – I – Equivalência de Título – Para Homologação – Deliberação Cepe-A-13/2021 – 34)
17 Proc. nº 06-P-13357/2024, de Leonardo Perez Faverani – FOP – Equivalência de Título de
18 Livre Docente, obtido junto à Faculdade de Odontologia de Araçatuba da Universidade
19 Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, ao de Livre Docente conferido pela Unicamp –
20 Aprovação pela Congregação em 04.12.24 – Parecer CIDD-61/25 – J – Plano Anual de Esportes
21 2025 – ProEEC – Para Aprovação – Deliberação Consu-A-28/2023 – 35) Proc. nº 01-P-
22 6982/2025, Plano Anual de Esportes Unicamp, para o ano de 2025, elaborado pela Diretoria de
23 Esportes da ProEEC – Informação ProEEC/AT de 21.02.25 – K – Extensão – Para Aprovação
24 – a) Programas de Extensão - Artigo 1º, § 2º da Deliberação Cepe-A-16/2020 - Deliberação
25 Cepe-A-22/2021 – 36) Proc. nº 39-P-3260/2025, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas –
26 Programa de Extensão " Farmácia com as escolas" – sob a responsabilidade da Profa. Laura de
27 Oliveira Nascimento – Aprovação pela Congregação em 12.12.24 – Parecer Conext-11/25. 37)
28 Proc. nº 04-P-3878/2025, da Faculdade de Engenharia de Alimentos – Programa de Extensão
29 “The Alt Protein Project at Unicamp” – sob a responsabilidade da Profa. Ana Carla Kawazoe
30 Sato – Aprovação pela Congregação em 23.08.24 – Parecer Conext-9/25. 38) Proc. nº 18-P-
31 3266/2025, da Faculdade de Engenharia Química – Programa de Extensão “Dianoia: Uma
32 plataforma para difusão do conhecimento além dos limites da Universidade” – sob a
33 responsabilidade da Profa. Melissa Gurgel Adeodato Vieira – Aprovação pela Congregação em
34 25.10.24 – Parecer Conext-10/25 – b) Cursos de Extensão - Cursos Novos - Deliberação Cepe-
35 A-23/2020 – 39) Proc. nº 01-P-43096/2024, da Faculdade de Ciências Médicas – “Capacitação
36 Técnica em Espirometria” – oferecido sob demanda, sob a responsabilidade do Profa. Mônica
37 Corso Pereira – Carga Horária: 10 horas – Custo por aluno: R\$400,00 – Aprovação pela
38 Congregação em 04.11.24 – Parecer Conext-14/25. 40) Proc. nº 01-P-47030/2024, da
39 Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – “Desenvolvimento de Soluções Iot –
40 Metodologia de Projeto” – oferecido sob demanda, sob a responsabilidade do Prof. Paulo

1 Cardieri – Carga Horária: 30 horas – Custo por aluno: R\$1.800,78 – Aprovação pela
 2 Congregação em 25.11.24 – Parecer Conext-20/25. 41) Proc. nº 01-P-45344/2024, da
 3 Faculdade de Engenharia Química – “Dominando a Tomada de Decisão: Otimização e
 4 Simulação de Processos Industriais com Python” – oferecido sob demanda, sob a
 5 responsabilidade do Prof. Flávio Vasconcelos da Silva – Carga Horária: 166 horas – Custo por
 6 aluno: R\$9533,46 – Aprovação pela Congregação em 29.11.24 – Parecer Conext-12/25. 42)
 7 Proc. nº 01-P-45824/2024, da Faculdade de Engenharia Química – “Escola de Mecânica
 8 Estatística” – oferecido sob demanda, sob a responsabilidade do Prof. Luís Fernando Mercier
 9 Franco – Carga Horária: 60 horas – Custo por aluno: R\$450,24 – Aprovação pela Congregação
 10 em 30.08.24 – Parecer Conext-13/25. 43) Proc. nº 01-P-45913/2024, da Faculdade de
 11 Odontologia de Piracicaba – “Microscopia de Luz e de Fluorescência Confocal” – oferecido
 12 sob demanda, sob a responsabilidade do Prof. Marcelo Rocha Marques – Carga Horária: 32
 13 horas – Custo por aluno: R\$1.200,00 – Aprovação pela Congregação em 04.12.24 – Parecer
 14 Conext-17/25. 44) Proc. nº 01-P-45969/2024, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba –
 15 “Microscopias Eletrônicas: Prática em Transmissão e Varredura” – oferecido sob demanda, sob
 16 a responsabilidade do Prof. Marcelo Rocha Marques – Carga Horária: 32 horas – Custo por
 17 aluno: R\$1.200,00 – Aprovação pela Congregação em 04.12.24 – Parecer Conext-18/25. 45)
 18 Proc. nº 01-P-46004/2024, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba – “A Interface entre a
 19 Expressão dos Genes e o Estilo de Vida” – oferecido sob demanda, sob a responsabilidade da
 20 Profa. Ana Paula de Souza – Carga Horária: 30 horas – Custo por aluno: R\$1.200,00 – Aprovação
 21 pela Congregação em 04.12.24 – Parecer Conext-19/25. 46) Proc. nº 01-P-43919/2024, da
 22 Faculdade de Tecnologia – “Desvendando a Quarta Revolução Industrial e seu Impacto na
 23 Sociedade” – oferecido sob demanda, sob a responsabilidade do Prof. André Cesar Martins
 24 Cavaleiro – Carga Horária: 80 horas – Custo por aluno: R\$5.489,66 – Aprovação pela
 25 Congregação em 07.11.24 – Parecer Conext-15/25. 47) Proc. nº 01-P-45209/2024, do Instituto
 26 de Filosofia e Ciências Humanas – “Bases de Dados Educacionais e Sociodemográficas:
 27 Estrutura, Análise e Integração para Políticas em Educação” – oferecido sob demanda, sob a
 28 responsabilidade do Prof. Roberto Luiz do Carmo – Carga Horária: 45 horas – Custo por aluno:
 29 R\$996,00 – Aprovação pela Congregação em 06.11.24 – Parecer Conext-16/25 – L – Convênios,
 30 Contratos e Termos Aditivos - a) A ser celebrados – Para Aprovação - Deliberação Consu-A-
 31 16/2022, de 07.06.22 – 48) Proc. nº 02-P-24031/2023, da Faculdade de Ciências Médicas -
 32 Espécie: Convênio de Cooperação - Partes: Unicamp e Conderg – Consórcio de
 33 Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista – Hospital Regional de
 34 Divinolândia - Executores: Carlos Eduardo Leite Arieta, Agrício Nubiato Crespo e Carlos
 35 Takahiro Chone - Vigência: 5 anos - Resumo do Objeto: Estabelecer as regras gerais que
 36 regerão a cooperação entre as partícipes com a finalidade de oferecimento pelo Conderg de
 37 campos de estágio para os Médicos Residentes da Unicamp, conforme estabelecido nos Termos
 38 Aditivos ao presente Convênio - Parecer: Cacc. 49) Proc. nº 04-P-26289/2024, da Faculdade de
 39 Engenharia de Alimentos - Espécie: Acordo de Consórcio - Partes: Unicamp,
 40 Industrievereinigung für Lebensmitteltechnologie und Verpackung e.V. (IVLV) – Alemanha,

1 Fraunhofer-Gesellschaft zur Förderung der angewandten Forschung e. V. – Alemanha,
 2 Universidade Federal do Pará (UFPA) e Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL) -
 3 Executoras: Priscilla Efraim e Ana Carla Kawazoe Sato - Vigência: 24 meses a partir de 1º de
 4 março de 2024, conforme cronograma constante no Anexo I - Resumo do Objeto: Execução do
 5 projeto “Valorização da polpa e das amêndoas de cacau por meio de tecnologias alternativas de
 6 processamento e fermentação com basidiomicetos – CocoaFerm”. Chamada Pública no âmbito
 7 da Cornet - Parecer: Cacc. 50) Proc. nº 04-P-37666/2024, da Faculdade de Engenharia de
 8 Alimentos - Espécie: Acordo de Colaboração - Partes: Unicamp e University of Aberdeen –
 9 Escócia - Executores: Jorge Herman Behrens e Cinthia Baú Betim Cazarin - Vigência: 31.03.25
 10 - Resumo do Objeto: Execução do projeto “Gosto Intercultural: Explorando disparidades
 11 sensoriais de linguagem na avaliação de café para o mercado global” - Parecer: Cacc. 51) Proc.
 12 nº 32-P-12028/2024, do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Espécie: Notificação de
 13 Rescisão Unilateral do Contrato - Partes: Unicamp/Funcamp, Syneos Health, LLC – EUA e
 14 Apcintex Limited – Reino Unido (Patrocinador) - Executoras: Sara Teresinha Olalla Saad e
 15 Érica Vitoria Picarelli Leardini - Resumo do Objeto: Rescisão, a partir de 14.02.25, do Contrato
 16 que visou a realização do “Estudo não intervencional global para avaliar prospectivamente os
 17 episódios de sangramento e uso de tratamento em pacientes com hemofilia” - Parecer: Cacc.
 18 52) Proc. nº 32-P-24515/2024, do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Espécie: Notificação
 19 de Rescisão Unilateral do Contrato - Partes: Unicamp/Funcamp, Syneos Health, LLC – EUA e
 20 Apcintex Limited – Reino Unido (Patrocinador) - Executoras: Sara Teresinha Olalla Saad e
 21 Érica Vitoria Picarelli Leardini - Resumo do Objeto: Rescisão, a partir de 14.02.25, do Contrato
 22 que visou a realização do “Estudo global, aberto, de desenho adaptativo para investigar a
 23 eficácia e a segurança de SerpinPC em participantes com hemofilia A severa ou hemofilia B
 24 moderadamente severa a severa” - Parecer: Cacc. 53) Proc. nº 32-P-24543/2024, do Centro de
 25 Hematologia e Hemoterapia - Espécie: Notificação de Rescisão Unilateral do Contrato - Partes:
 26 Unicamp/Funcamp, Syneos Health, LLC – EUA e Apcintex Limited – Reino Unido
 27 (Patrocinador) - Executoras: Sara Teresinha Olalla Saad e Érica Vitoria Picarelli Leardini -
 28 Resumo do Objeto: Rescisão, a partir de 14.02.25, do Contrato que visou a realização da
 29 “Pesquisa aberta global para investigar a eficácia e a segurança de SerpinPC em participantes
 30 com hemofilia B com inibidores” - Parecer: Cacc. 54) Proc. nº 01-P-50587/2023, da Pró-
 31 Reitoria de Extensão, Esporte e Cultura - Espécie: Acordo de Cooperação - Partes: Unicamp e
 32 Cultura Esperantista & Ecobrinquedoteca (CE&E) - Executores: Fernando Antônio Santos
 33 Coelho, Laura Leticia Ramos Rifo e Isabel Cristina Araújo Floriano - Vigência: 05 anos -
 34 Resumo do Objeto: Oferecer, para docentes, funcionários, estudantes da graduação, pós-
 35 graduação e para diferentes públicos a partir de 16 anos, um espaço interativo e formativo de
 36 Ecobrinquedistas, com articulação entre ensino, pesquisa e extensão, por meio de atividades
 37 lúdicas, valorizando a reutilização de materiais descartados e promovendo a reflexão sobre
 38 proteção ambiental e o atual estado de emergência climática - Parecer: Cacc – b) Para
 39 Homologação da Aprovação Ad Referendum do Reitor - Deliberação Consu-A-16/2022 -
 40 Deliberação Consu-A-12/2018 - 55) Proc. nº 01-P-21580/2024, do Centro de Biologia

1 Molecular e Engenharia Genética - Espécie: Convênio de Cooperação para Pesquisa voltada ao
2 Desenvolvimento de Tecnologia - Partes: Unicamp, Fapesp, Embrapa, IAC com interveniência
3 da Fundag e UFSCart com interveniência da FAI - Executores: Anete Pereira de Souza e
4 Marcelo Menossi Teixeira - Data de Assinatura: 10.02.25 - Recursos: Conforme Cláusula
5 Quarta – Dos Recursos e do Cronograma de Desembolsos - Vigência: 120 meses - Resumo do
6 Objeto: Execução do projeto “Centro de Melhoramento Molecular de Plantas”, Processo
7 FAPESP n.º 22/04006-2, aprovado em 30.11.22 no âmbito do Programa CPE - Parecer: Cacc.
8 56) Proc. n.º 01-P-43285/2023, do Centro de Estudos de Energia e Petróleo - Espécie: Termos
9 de Trabalho de Pesquisa - Partes: Unicamp/Funcamp e Equinor Brasil Energia Ltda. -
10 Executores: Denis Jose Schiozer e Guilherme Palermo Coelho - Data de Assinatura: 12.07.24
11 - Vigência: Conforme Cláusula 3 – Do Prazo - Resumo do Objeto: Termos de Trabalho de
12 Pesquisa na Equinor, referentes à participação dos pesquisadores Davi Éber Sanches de
13 Menezes e Vinicius Oliveira Martins no âmbito do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento
14 “Otimização da Produção de Petróleo por Modelos de Simulação Numérica de Reservatórios”.
15 Pesquisa: “Eficiência energética em plataformas com injeção WAG” - Parecer: Cacc. 57) Proc.
16 n.º 01-P-40798/2024, da Comissão Permanente para os Vestibulares - Espécie: Acordo de
17 Cooperação Técnica - Partes: Unicamp, Fundação Universidade Federal de São Carlos –
18 UFSCar e Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico –
19 FAI.UFSCar – Executores: José Alves de Freitas Neto e Ana Maria Fonseca de Almeida - Data
20 de Assinatura: 15.01.25 - Recursos: Conforme Cláusula Oitava – Dos Recursos Orçamentários
21 e Patrimoniais - Vigência: 12 meses - Resumo do Objeto: Formalização da parceria entre as
22 partícipes para realização do processo seletivo unificado destinado para ingresso de estudantes
23 indígenas nos cursos de graduação presenciais da UFSCar e da Unicamp – Vestibular Indígena
24 Unificado 2025, conforme Plano de Trabalho. A cooperação inclui o planejamento, organização
25 e execução do processo seletivo que será operacionalizado na Unicamp através de sua Comissão
26 Permanente para os Vestibulares – Comvest, em conjunto com a Coordenadoria de Ingresso na
27 Graduação – CIG da Pró-Reitoria de Graduação da UFSCar – Parecer: Cacc. 59) Proc. n.º 34-
28 P-25400/2024, do Instituto de Computação - Espécie: Convênio para Pesquisa voltada ao
29 Desenvolvimento de Tecnologia - Partes: Unicamp, Fapesp, Senai-SP, USP, Unesp e Instituto
30 Avançado para Inteligência Artificial (AI2) - Executores: Alexandre Xavier Falcão e Zandoni
31 Dias - Data de Assinatura: 18.12.24 - Recursos: Conforme Cláusula Quarta – Dos Recursos
32 Financeiros e das Contrapartidas Econômicas - Vigência: 60 meses - Resumo do Objeto:
33 Estabelecer as condições para execução do Projeto “Centro de Pesquisa Aplicada em Ciência
34 de Dados para a Indústria Inteligente”, conforme Anexo I. Programa CPA – Senai-SP e Fapesp
35 - Parecer: Cacc. 60) Proc. n.º 08-P-26288/2024, do Instituto de Física Gleb Wataghin - Espécie:
36 Acordo de Cooperação - Partes: Unicamp/Funcamp e Venturus Centro de Inovação
37 Tecnológica - Executores: Marcos Cesar de Oliveira e Pierre Louis de Assis - Data de
38 Assinatura: 06.02.25 - Recursos: R\$124.950,00 - Vigência: 12 meses - Resumo do Objeto:
39 Execução do projeto de pesquisa aplicada “Redes Quânticas de Comunicação e Otimização”,
40 conforme Plano de Trabalho - Parecer: Cacc. 61) Proc. n.º 01-P-1351/2025, do Núcleo

Interdisciplinar de Planejamento Energético/ Faculdade de Engenharia Química - Espécie: Termo de Cooperação - Partes: Unicamp/Funcamp e Petrobras - Executores: Telma Teixeira Franco e Rubens Augusto Camargo Lamparelli - Data de Assinatura: 12.02.25 - Recursos: R\$ 1.199.617,24 - Vigência: 545 dias corridos - Resumo do Objeto: Desenvolvimento do projeto de P&D “Mapeamento de áreas disponíveis no Brasil visando uma futura implantação de uma plantab de produção de microalgas/cianobactérias com geração de valor”, conforme Plano de Trabalho - Parecer: Cacc. 62) Proc. nº 01-P-34310/2024, da Pró-Reitoria de Pesquisa - Espécie: Acordo de Cooperação Técnica nº 16/2024 - Partes: Unicamp e Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, por intermédio da Escola Judicial do TRT 15ª Região – EJUD 15 - Executores: Ana Maria Frattini Fileti, Angela Maria Moraes, Caio Costa Oliveira e Angela Christina Lucas - Data de Assinatura: 30.01.25 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: Cooperação institucional acadêmica e científica na área multidisciplinar do trabalho, envolvendo aspectos diversos como jurídicos, econômicos, sociológicos, filosóficos, sanitários, médicos, estatísticos, etc., através da formalização de Termos Aditivos para cada ação cooperativa a ser desenvolvida pelas instituições - Parecer: Cacc. O MAGNÍFICO REITOR passa ao item 58 – Proc. nº 34-P-607/2025 –, do Instituto de Computação, que trata do Convênio de Cooperação entre as partes Unicamp/Funcamp e Banco BTG Pactual S.A., tendo como executores Zanoni Dias e Lucas Francisco Wanner - Data de Assinatura: 05.02.25 - Recursos: R\$58.500,00 por mês - Vigência: 60 meses - Resumo do Objeto: Execução do projeto de pesquisa “Ciência de Dados e Inteligência Artificial no Setor Financeiro”, conforme Plano de Trabalho. Destaque da conselheira Giovanna. A Conselheira GIOVANNA DA COSTA ROMARO diz que é funcionária da Faculdade de Educação, representante Paepe no Consu, é uma mulher branca, de cabelos curtos tingidos de roxo, usa óculos de grau e está vestindo uma blusa estampada com formas geométricas. Agradece a oportunidade de trazer uma discussão sobre alguns aspectos do convênio entre a Unicamp, a Funcamp e o Banco BTG Pactual. Não questiona a importância de financiamento para pesquisa, tampouco a necessidade de parcerias institucionais. No entanto, é fundamental que cada convênio respeite os princípios que regem a universidade pública, garantindo que o conhecimento aqui produzido esteja a serviço da sociedade e não subordinado a interesses privados. A Unicamp tem um compromisso inegociável com a produção de conhecimento como bem público, conforme estabelecido em sua carta de princípios. Este convênio, no entanto, não explicita muito bem como os resultados da pesquisa sobre ciência de dados e inteligência artificial no setor financeiro serão compartilhados com a sociedade ou aplicados de maneira democrática. Então, o risco aqui é que estejam financiando inovação para um banco privado sem uma contrapartida social, desviando o papel da universidade de produtora de ciência para o bem comum, para fornecedora de soluções a interesses particulares. O segundo ponto é que a ciência não pode ser refém de amarras contratuais que limitem sua publicação e difusão. Não há muita clareza no convênio sobre se os achados da pesquisa poderão ser livremente divulgados ou se ficarão restritos ao Banco BTG Pactual. Se há qualquer restrição ao livre compartilhamento do conhecimento gerado, estão diante de um risco real de privatização da ciência feita com recursos e infraestrutura públicos.

1 Isso contradiz diretamente o princípio da liberdade de investigação e do pluralismo acadêmico
2 defendido na Unicamp. O setor financeiro global tem sido um dos vetores do aprofundamento
3 das desigualdades sociais e da mercantilização do conhecimento. É a Unicamp, como
4 instituição pública e democrática, deveria garantir que suas parcerias não reforcem esses
5 mecanismos de concentração de riqueza e poder. Não há menção neste convênio a
6 compromissos concretos com impactos sociais positivos, seja em termos de aplicação dos
7 resultados ou mesmo da sustentabilidade da pesquisa. Então, pergunta como garantir que esse
8 projeto contribuirá para um desenvolvimento econômico mais equitativo e sustentável e não
9 para a ampliação da lógica especulativa que precariza ainda mais o trabalho e amplia as
10 desigualdades. E, por último, a Unicamp consolidou uma política de ações afirmativas
11 justamente para corrigir as assimetrias históricas na produção do conhecimento. As bolsas
12 previstas neste convênio não estabelecem critérios de inclusão para estudantes de grupos sub-
13 representados. A Universidade não deveria ser conivente com a perpetuação dessas
14 desigualdades nos programas de pesquisa. Pergunta qual o sentido de avançar na inclusão do
15 acesso e permitir que os recursos de pesquisa sigam beneficiando os mesmos grupos
16 historicamente privilegiados. Então, sugere que a aprovação deste convênio seja relacionada a
17 alguns critérios: o primeiro seria a garantia formal de que os resultados da pesquisa serão de
18 domínio público. O segundo, que haja transparência na divulgação dos impactos sociais do
19 projeto, e terceiro, que haja obrigatoriedade de critérios afirmativos na alocação das bolsas. O
20 quarto é a inserção de cláusulas que assegurem que a produção científica decorrente do
21 convênio esteja alinhada às diretrizes de sustentabilidade e responsabilidade social. A Unicamp
22 tem um papel fundamental na construção de um projeto de universidade pública voltado ao
23 interesse social, e não à lógica de mercado. O financiamento da pesquisa deve ser sempre
24 acompanhado e bem-vindo, mas não a qualquer custo. Se não garantirem que o conhecimento
25 produzido seja um patrimônio público, estarão apenas aprofundando o processo de privatização
26 da ciência e do ensino superior, e esse não é o papel de uma universidade pública democrática
27 e comprometida com a transformação social. O Conselheiro LEANDRO APARECIDO
28 VILLAS diz que se trata de um convênio de pesquisa, e acha que a parte que foi colocada é em
29 questão de propriedade intelectual. Ele segue o que é padrão na Unicamp, 50% de propriedade
30 intelectual para a Unicamp e 50% da propriedade intelectual para o parceiro, no caso o BTG.
31 Há o parecer da Inova em relação a essa questão, e quando avaliaram no Instituto, consideraram
32 que esse convênio é bem similar aos outros convênios de pesquisa que têm a parceria do
33 Instituto de Computação com outras empresas do setor privado. Acha que o ponto principal é a
34 questão da propriedade intelectual, que teve a avaliação da Inova, justamente até para ter o
35 parecer em relação à Bolsa de Estímulo e Inovação. Tipicamente há um plano de trabalho e é
36 feito o mapeamento dos alunos que têm o perfil para trabalhar no projeto. Está seguindo o
37 padrão, que é não ter predefinido quem são os alunos que vão trabalhar no projeto e nem mesmo
38 os pesquisadores. Tem um coordenador, mas tem outras bolsas de estímulo e inovação que
39 envolvem outros pesquisadores também. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E
40 CRUZ parabeniza a conselheira Giovanna por ter feito um trabalho que muitas vezes acabam

1 não fazendo, que é um estudo detido da pauta. As pautas são extensas e, com frequência,
2 acabam não se detendo nos pormenores dos diversos itens que a compõem. Considera da maior
3 relevância o problema das cláusulas de propriedade intelectual e do segredo industrial que
4 costumam permear uma série de convênios na Universidade. Como ela mesma disse, não se
5 trata de uma oposição à captação de recursos na iniciativa privada para complementar os
6 recursos públicos com os quais contam para financiar a atividade de pesquisa. Isso em si daria
7 uma boa discussão, mas não é a discussão que ela coloca; parece-lhe que ela enfatiza um ponto
8 fundamental, que é: ainda que contando com financiamento privado, e evidentemente empresas
9 privadas não jogam dinheiro pela janela, elas esperam resultados, em se tratando de pesquisa
10 realizada na universidade pública, é um princípio fundamental o caráter público dos dados, dos
11 resultados de pesquisa. Não só porque a Universidade é financiada pela sociedade com dinheiro
12 dos impostos para produzir e difundir conhecimento, e devem nesse sentido devolvê-lo, mas
13 porque há questões éticas que envolvem o fazer científico que eventualmente acabam
14 conflitando com os interesses de mercado ligados ao segredo industrial. Então, essa é uma
15 questão importante para a qual as soluções técnico-jurídicas não são suficientes. Acha que é
16 uma questão política e uma questão de política científica, mais especificamente. Hoje há todo
17 um movimento em torno da ciência pública no mundo, e diria que a inteligência artificial é um
18 dos temas mais sensíveis do tempo presente. Portanto, a questão não é menor e, em princípio,
19 não se satisfaz apenas com a resposta de que o parecer da Inova avalizou essas cláusulas e
20 metade da propriedade intelectual é da Unicamp e metade é do parceiro. Isso diz algo sobre a
21 renda industrial que será aferida, mas pergunta se os dados serão públicos, serão publicitados,
22 os resultados estarão disponíveis para consulta de interessados da comunidade científica e da
23 sociedade em geral. É para essa questão que a conselheira Giovanna pede resposta e acha que
24 isso é um problema não só para este convênio, mas para outros convênios semelhantes, que são
25 celebrados aqui todos os dias e que venham a ser celebrados no futuro. A Conselheira RACHEL
26 MENEGUELLO diz que o convênio está assinado, houve uma tratativa com a agência que está
27 financiando tudo isso, mas faz uma observação com relação às bolsas. Elas são colocadas com
28 valores genéricos, sem referências institucionais, e isso depende muito mais da gestão do
29 projeto aqui do que do próprio convênio desenhado. Pergunta se não é o caso de colocar como
30 referências as bolsas do CNPq, Capes ou Fapesp, para que não fiquem valores soltos e para que
31 não criem desigualdades dentro do programa. Como nesse caso é um gerenciamento interno,
32 acha que isso não atrapalha o convênio, mas deixa mais corretamente estabelecida a distribuição
33 dos recursos no que se refere às bolsas. Também faz uma observação no aspecto de que a
34 atividade de supervisão de alunos de pós-graduação, que está imaginando que são as suas teses
35 ou dissertações, terá um valor de bolsa para os orientadores. Não sabe se isso se trata de uma
36 pesquisa que tenha a ver com a própria tese ou dissertação, mas estariam, na verdade, colocando
37 financiamento para o trabalho de orientação. Acha que também isso poderia ser questionável,
38 mas é um gerenciamento interno que vale para pensar como tratar esses recursos. Indo na
39 direção do que foi colocado pela conselheira Giovanna, no sentido de como distribuem o
40 recurso, pergunta se é possível, já que se trata de gerenciar o valor das bolsas para os alunos,

1 pensar em alunos que não estão definidos, como o professor mesmo colocou, e estabelecer,
 2 talvez, cotas também para alunos. Acha que talvez fosse interessante colocar uma porcentagem
 3 para alunos cotistas, que pudessem participar desse projeto. Observa que ninguém gosta do
 4 sistema financeiro, ela também não gosta dos bancos, mas se forem para atuar com a
 5 Universidade, que façam isso de uma maneira que a Unicamp ganhe também com isso. O
 6 Conselheiro MARCOS NOGUEIRA MARTINS diz que a conselheira Giovanna propõe que o
 7 resultado desse desenvolvimento seja de domínio público. Teve a oportunidade de dirigir a
 8 Agência USP de Inovação durante um período, e aprendeu muita coisa nesse processo. Uma
 9 delas é que as tecnologias que são desenvolvidas pela universidade param em um grau de
 10 desenvolvimento tecnológico chamado de TRL3. O TRL é o grau de maturidade da tecnologia,
 11 vai de 1 a 9. O TRL3 é uma prova de princípio, em geral, não é ainda uma tecnologia que esteja
 12 madura para ser comercializada. E o que acontece é que isso é desenvolvido depois para
 13 aumentar o TRL e precisa de investimento para isso. Se pegam a tecnologia desenvolvida pela
 14 universidade e a colocam em domínio público, não vai ter ninguém interessado em investir
 15 nessa tecnologia para aumentar o TRL. Então, esse convênio, como foi colocado pelo professor,
 16 foi analisado pela Inova, ele é o padrão, para permitir que aquela tecnologia possa ter
 17 investimento posterior para ser desenvolvida. Se colocar em domínio público, vão jogar fora o
 18 investimento que foi feito, inclusive pela Universidade. O Conselheiro LEANDRO
 19 APARECIDO VILLAS ressalta que esse convênio de pesquisa segue a minuta padrão, não tem
 20 nenhuma modificação, e o valor das bolsas varia entre R\$3 mil e R\$5 mil, dependendo se for
 21 mestrado ou doutorado. E esse valor, inclusive, é inferior a outros convênios de pesquisa
 22 praticados no Instituto de Computação; se uma bolsa de doutorado tiver valor menor de R\$5
 23 mil, não haverá alunos interessados no Instituto. E vale para convênios não só com a iniciativa
 24 privada, mas também com parceria pública; um exemplo é o Hub de Inteligência Artificial e
 25 Arquiteturas Cognitivas, que é financiado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação,
 26 um projeto prioritário do Governo Federal, e que tem bolsa de mestrado com valor de R\$3.500
 27 e de doutorado de R\$5.500. Já estão negociando para a próxima fase reajustar esse valor, porque
 28 senão não conseguem manter alunos em tempo integral. A Conselheira RACHEL
 29 MENEGUELLO pergunta como o programa faz para receber alunos que serão bolsistas Capes
 30 e CNPq, se eles se mantêm no programa. O Conselheiro LEANDRO APARECIDO VILLAS
 31 diz que esses alunos que estão com bolsa da cota Capes, ou CNPq, que têm autorização,
 32 inclusive têm complementações com outras atividades, como monitorias, e uma bolsa
 33 complementar. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO pergunta se alguém ali recebe bolsas
 34 Capes e CNPq. O Conselheiro LEANDRO APARECIDO VILLAS responde que sim. Para
 35 conseguir manter os bons alunos em tempo integral, é preciso ter um valor de bolsa competitivo.
 36 O MAGNÍFICO REITOR diz que é um convênio padrão, como o professor Leandro disse, que
 37 não foge a milhares de convênios que a Unicamp firmou ao longo do tempo. Esses convênios
 38 preveem uma cláusula de propriedade, e há a possibilidade de dividir ou não a propriedade
 39 intelectual. Normalmente, quando não dividem, isso exige da empresa um aporte maior de
 40 recursos, porque a Universidade de antemão estaria se privando dos direitos de licenciar ou de

1 recolher dinheiro a partir daquilo que seja gerado de tecnologia, de inovação. Então, quando
2 existe uma cláusula de propriedade que prevê a divisão, isso implica que a Universidade, no
3 caso de licenciamento, receberá recursos. A Unicamp hoje é uma das universidades que mais
4 patentes possui, é uma das que mais tem recursos com licenciamento. Uma das quais vem da
5 FEA, foi aprovada aqui no Brasil pela Cargill, que a licenciou; não era o desejo, inclusive, da
6 empresa internacional, mas o sucesso foi tal que foi internacionalizado. Há uma política
7 também de só fazer patente internacional, depositam no INPI e possuem um ano para depositar
8 internacionalmente. E querem sócios, porque é caro manter uma patente, então isso é uma renda
9 adicional. Esses convênios sempre tiveram uma parte socializada, porque as taxas sustentam o
10 Faepex. Matar convênios é matar também os recursos que são distribuídos dentro da
11 Universidade. Estão em uma universidade que em grande parte é tecnológica, é de Exatas, e
12 não existe indústria pública que produz alimentos, não existe indústria pública que produz carro,
13 que produz celular. Se privarem a Universidade de ter relação com isso, pergunta para onde
14 estão formando pessoas para atuar. Se as pessoas não têm contato com a realidade aí fora, com
15 a indústria, com o desenvolvimento, pergunta como lidam com isso, se vão se isolar e ficar aqui
16 em uma clausura e não ter relação com o mundo aí fora. A Universidade forma pessoas que vão
17 trabalhar nesse mundo e nesse mercado, e lembra que países que chegaram ao desenvolvimento
18 pós-Segunda Guerra, como Japão e Coreia, e de forma mais recente a China, tiveram que usar
19 o mercado para fazer isso. Foi com o mercado que a China, especialmente, conseguiu construir
20 coisas como ela está construindo hoje. O Brasil é a décima economia do mundo, a décima
21 terceira em produção de ciência, a Unicamp tem um papel importante nisso, mas em inovação
22 o Brasil está abaixo da posição quadragésima no mundo. Inovação se produz com a indústria,
23 são os TRLs que o professor Marcos citou. Sem contato com a indústria, o que a Universidade
24 produz fica restrito a seus muros. Sem tecnologia, sem inovação e sem essa interação, haverá
25 um atraso, e isso não significa que não vão dividir propriedade, que não podem usar parte desses
26 recursos; devem usar para fomentar áreas que têm menos capacidade de captar recursos fora,
27 e é isso que a Unicamp faz. Faepex é uma coisa desse tipo, faz isso nos outros projetos, pode
28 fazer isso de forma mais intensa. Se a Unicamp tivesse sido sócia em algum momento de suas
29 empresas filhas, algumas que se tornaram unicórnios, ela teria recursos para financiar muitas
30 pessoas vulneráveis aqui dentro. Jogando com as regras do jogo, mas criando canais para que
31 isso gere uma Universidade inclusiva. Não fazer isso é se privar dessas coisas. Em particular,
32 em relação à inteligência artificial, devem ter orgulho, pois existe uma empresa chamada
33 Maritaca, que é uma empresa de inteligência artificial criada por brasileiros, parte dos quais se
34 formaram na Unicamp. Pergunta se querem que o Google, que a Microsoft, que a nova empresa
35 chinesa domine o mundo da inteligência artificial ou se devem aprender essas coisas para ter,
36 pelo menos, condições de negociar com esse pessoal. Não é saindo da briga que vão avançar;
37 devem brigar e conquistar seu espaço nela. Se não se relacionarem com a sociedade, não se
38 contaminam, mas pergunta a que serviriam dessa forma, porque a indústria precisa de gente,
39 precisa de inovação, precisa de conhecimento. Precisam fazer isso com mais qualidade, não só
40 técnica, mas com uma visão humanista. Esse é o desafio, mas é um desafio interno. Se não

1 fizeram, o efeito vai ser o contrário, porque no momento em que se enfraquecem junto a esse
2 setor, a política de inclusão também se enfraquece, assim como a ideia de financiar uma
3 universidade também se enfraquece, porque ela não tem impacto na economia. E o que mais
4 precisam hoje no país é que o que geram de conhecimento tenha impacto na economia, para
5 sair dessa quadragésima posição na inovação, para olhar países como os da Ásia e ver que foi
6 esse o caminho de desenvolvimento deles, e é esse o caminho que precisam seguir, garantindo
7 direitos, inclusão, distribuição de renda, naquilo que possuem de poder. A sociedade e a política
8 passam por outros caminhos. Reforça esse argumento porque, para uma universidade que é das
9 mais inovadoras do país, matar essa fonte aqui é matar o futuro desta instituição. O Conselheiro
10 ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ observa que a conselheira Giovanna não se opôs aos
11 convênios com a iniciativa privada, aliás ela começou a fala dela dizendo isso, e ele tampouco.
12 É beneficiário do sistema Faepex, como todos os colegas, mecanismo que considera, via de
13 regra, muito positivo. Ele, como alguém que estuda a extrema-direita, não teria dinheiro de
14 bancos que financiam, em geral, a extrema-direita. Pode dar exemplos históricos, como de
15 Hjalmar Schacht, na Alemanha, próximo a Adolf Hitler, entre tantos outros, mas não é disso
16 que quer falar. É sobre algo que o senhor Reitor tem insistido bastante, inclusive nos discursos
17 em cerimônia de premiação, que testemunharam recentemente: a questão da inovação
18 tecnológica, e essa diferença grande que existe entre a posição do Brasil na produção de ciência
19 e na inovação. Parece-lhe que o problema não é a Unicamp nem sua capacidade de se relacionar
20 com entes privados, uma vez que em todas as reuniões da Cepe aprovam uma série de convênios
21 com empresas privadas diversas. Parece-lhe que o problema está em outro lugar, é um problema
22 que está além das capacidades da Unicamp enquanto universidade isolada, que é o brutal
23 retrocesso que este país viveu em termos da sua estrutura produtiva e da sua inserção na
24 economia mundial, é a reprimarização deste país. Trocando em miúdos, para parafrasear André
25 Gunder Frank, este país tem uma lumpenburguesia, que não tem qualquer interesse no
26 desenvolvimento. Uma coisa é com acumulação de capital e lucro, o D-M-D', que o senhor
27 Reitor citou na concessão de título à professora Élide, outra coisa é desenvolvimento como
28 horizonte histórico. O mercado tem sido um mecanismo de desenvolvimento, mas não só.
29 Pergunta se será casual que a China, hoje, seja um país líder em inovação; tem mercado, mas
30 tem um Estado forte, planejador e que, inclusive, direciona o mercado onde vai investir. Isso
31 não existe no Brasil, foi perdido; tiveram, em alguma medida, em alguns momentos históricos,
32 e perderam. Pelo contrário, hoje, a única coisa que interessa aos jornalistas pagos por agências
33 como XP, BTG Pactual, entre outras, é insistir que o Estado brasileiro corte cada vez mais.
34 Então, que façam um debate sério sobre inovação, tenham renda industrial, façam convênios,
35 mas saibam que esse empresariado que procuram para apoiar convênios não tem o menor
36 interesse em desenvolvimento. Aliás, tem apostado tudo na regressão profunda da estrutura
37 produtiva, o que, inclusive, faz com que os pós-graduandos tenham dificuldade de se inserir
38 profissionalmente, porque o país perdeu em complexidade na sua estrutura produtiva e até na
39 sua estrutura social. Portanto, nada contra os convênios em si mesmos, mas se vão debater
40 inovação, acha que podem ir além deste Schumpeterianismo de segundo grau e discutir a sério

1 o problema da boa e velha dependência. A Conselheira CLAUDIA REGINA CASTELLANOS
2 PFEIFFER reforça que ninguém aqui está colocando nada contra convênio, nada contra a
3 relação com o mercado, mas o modo como essa relação é estabelecida. Acha que essa pequena
4 mas muito rica discussão que foi feita aqui na Cepe pode mostrar a necessidade de criação de
5 um grupo que pense isso de maneira mais aprofundada, para abrir possibilidades de que esses
6 modos possam ser alterados. Garantindo a relação fundamental entre a Universidade e a
7 sociedade nas suas mais diversas dimensões, mas aprofundando e se atualizando justamente
8 com a visão do compromisso da Universidade com a sociedade na relação com o público, do
9 impacto social que sempre precisa ter, para que essas relações se deem da melhor forma
10 possível. Então, a conselheira Giovanna não colocou a interdição aos convênios, mas
11 justamente essa reflexão muito produtiva do modo como essas relações se estabelecem.
12 Gostaria de referendar especificamente para esse convênio, e para que isso possa ser pensado
13 na Universidade como um todo, que toda a política de bolsa seja inicialmente já pensada com
14 políticas afirmativas, como proposto pela conselheira Giovanna. Então, que insiram em todas
15 as políticas de bolsa, independentemente de onde elas estejam se dando, cotas das mais diversas
16 dimensões. A Conselheira DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN cumprimenta a conselheira
17 Giovanna pela argumentação tão bem construída e a oportunidade de a Cepe debater esse
18 assunto. Ninguém aqui está se colocando contrário a esses convênios, contrário à parceria e às
19 relações com as empresas, sabem que é essa a realidade. A questão é de que forma a Unicamp
20 entra nessas parcerias, que seja de uma forma, usando um termo do mercado, agressiva, porque
21 sabem o que representa chancela da Unicamp em qualquer convênio desses. Não estão aqui
22 pedindo favor quando entram em uma proposta de construção de convênio com as empresas.
23 Sabem que essas empresas também ganham ao terem o logotipo e terem legitimados seus
24 projetos pela presença da Unicamp. Lembra, por exemplo, das discussões que o professor João
25 Ernesto de Carvalho sempre trazia com relação aos convênios na área farmacêutica. Acha que
26 esse é o ponto. Ninguém aqui é contrário à parceria, às relações com as empresas, e acha que
27 possuem um objetivo comum com a fala que o próprio professor Antonio José trouxe. Desejam
28 também que o país saia dessa posição e se coloque de uma forma competente, como ele tem
29 condições de fazer, no desenvolvimento de tecnologia. Mas sabem também o que representa
30 produzir dados sem nenhum tipo de controle ou sem ter uma corresponsabilidade. Leu um artigo
31 que dizia que o dado é o novo petróleo, quer dizer, a grande riqueza agora são os dados
32 produzidos; então, que tenham essa discussão aprofundada aqui e esse cuidado nas relações.
33 Agradece a conselheira Giovanna pela oportunidade de conversar sobre o assunto. A
34 Conselheira GIOVANNA DA COSTA ROMARO diz que foi citado o parecer da Inova, mas
35 observa que ele não está disponível na documentação da pauta. Reitera que não se opõe aos
36 convênios nem à captação de recursos, porém acha muito questionável uma universidade que
37 tem uma carta de princípios que coloca valores de sustentabilidade, de desenvolvimento social
38 fazer um convênio como esse, no qual não consegue identificar nenhum desses valores. Não
39 consegue identificar, por exemplo, qual é a vantagem para a sociedade do desenvolvimento
40 dessa pesquisa, vê somente uma vantagem para o banco Pactual. Talvez estejam faltando

1 informações para que tenha uma outra opinião, mas o que está na descrição do convênio lhe
2 mostra uma vantagem excessiva de exploração do capital através de identificação de quais são
3 os melhores credores dentro da sociedade. Estão realmente apoiando uma política
4 mercadológica, de exploração e de incentivo à desigualdade social. Então, é isso o que
5 considera questionável. O Conselheiro LEANDRO APARECIDO VILLAS diz que o professor
6 André se referiu a segredo industrial, mas no seu entendimento não há nada de segredo
7 industrial. No item 7.8, consta que: “Exclui-se das obrigações de sigilo estabelecidas nesta
8 cláusula a divulgação de conhecimentos técnicos que, embora atinentes ao objeto deste
9 instrumento, sejam utilizados em cursos regulares de graduação e pós-graduação, bem como na
10 publicação de dissertações de mestrado e teses de doutorado”. Esqueceu de mencionar quando
11 estava falando sobre valores de bolsa que o valor de bolsa de mestrado e doutorado é menor do
12 que a Fapesp está praticando. Portanto, não é um valor de bolsa que está fora da realidade. Em
13 relação a vantagens para a sociedade, poderia listar várias, mas vai colocar duas que considera
14 que são as principais. Primeiro, a formação de recursos humanos altamente capacitados que vão
15 atuar no mercado após a sua formação, conforme foi colocado pelo professor Antonio José.
16 Essa formação de recursos humanos envolve dezenas de alunos, tanto de graduação quanto pós-
17 graduação. E uma segunda que considera bastante importante é a disseminação de
18 conhecimento, porque todo conhecimento gerado em um projeto de pesquisa é disseminado
19 para os alunos tanto de graduação quanto pós-graduação em disciplinas de tópicos no Instituto.
20 Também há uma prática de ter alguns cursos de capacitação, sendo que o último ocorreu no ano
21 passado, de forma gratuita e em nível nacional. Inclusive, haverá outro que vai se iniciar no
22 segundo semestre, de Android embarcado, que também é gratuito e em nível nacional. O último
23 curso realizado atendeu 200 alunos do Brasil todo, então acha que é muito importante esse
24 conhecimento que é gerado em um projeto de pesquisa ser disseminado de forma gratuita para
25 a comunidade como um todo e não apenas para a comunidade da Unicamp. Sobre ações
26 afirmativas para alunos em situações de vulnerabilidade, pontua que no Instituto existe um
27 projeto que se chama Amigos do IC, com muitos recursos, parte deles vem de convênios, mas
28 muitos deles são de ex-alunos que fazem doação. Para todos os alunos, tanto de graduação
29 quanto pós-graduação, que têm uma situação complicada financeiramente no início, até ter
30 acesso aos programas da Unicamp, o IC paga a passagem para eles se deslocarem até Campinas,
31 paga três meses de bolsas e outros auxílios. Além disso, para alunos que tiveram bolsa Capes,
32 CNPq ou Fapesp cuja vigência terminou e vão precisar de mais dois ou três meses para concluir
33 o seu curso, o Instituto também consegue pagar essa bolsa. Além de bolsas, o IC provê *notebook*
34 para esses alunos que precisam, portanto tentam contemplar em todas as necessidades. A
35 Conselheira ANA MARIA FRATTINI FILETI diz que o professor Leandro acabou falando boa
36 parte do que iria falar, mas como teve experiência na diretoria da Inova por um bom tempo, vai
37 complementar algumas coisas. Quando a Agência de Inovação analisa esses convênios, ela
38 realmente se preocupa muito com a parte de proteção da propriedade intelectual e também em
39 analisar quais os benefícios para a Universidade. O que enxergam nesses convênios é a
40 possibilidade de ter bolsas que atraiam pessoas que vão ter um conhecimento, e quando esse

1 conhecimento permeia dentro de um laboratório que tem bolsistas que são do convênio e que
2 não são do convênio, ele se dissemina efetivamente dentro dessa comunidade. Além disso,
3 respondendo para a professora Dirce, acredita que, para a geração de modelos específicos deste
4 convênio, os dados não serão gerados dentro da Universidade, serão utilizados dados externos
5 à Universidade e que serão trabalhados aqui dentro. Há uma formação de recursos humanos
6 que está aprendendo a trabalhar com dados não do ambiente ideal, que é o da Universidade, o
7 ambiente fechado, mas dados de todo tipo que vêm do mercado financeiro. Isso traz muito
8 aprendizado para o aluno que está trabalhando com isso, e acaba se disseminando dentro do
9 laboratório. Outro aspecto é que uma porcentagem desse convênio vai para o Faepex, inclusive
10 nos informes que fará no Expediente mencionará que aprovaram várias coisas de ações
11 afirmativas no Faepex, justamente porque estão prevendo um aumento de recursos do Faepex,
12 tanto provenientes desses convênios quanto da dotação orçamentária. Fizeram uma proposição
13 para o conselho orientador do Faepex para aumentar a possibilidade de ações afirmativas
14 também. É um conjunto de coisas que, olhando as palavras cruas do convênio, talvez não
15 apareçam, mas há um impulsionamento adequado sim, e a Inova está bem atenta a isso. O
16 MAGNÍFICO REITOR diz que, em relação à propriedade intelectual, toda patente tem dois
17 lados. Ela tem o lado de defesa de uma solução, mas para defendê-la implica a divulgação dessa
18 solução, pois o sigilo não fica estabelecido para sempre. Ela cria um direito de monopólio
19 durante um período, mas, em contrapartida, ela tem que revelar o caminho que foi usado para
20 estabelecer essa patente. A Unicamp tem um padrão para isso, não é uma coisa nova que precisa
21 ser rediscutida; quando a pessoa defende uma tese e acha que ela é patenteável, há um prazo
22 que ela pode ficar sob sigilo. Ultrapassado aquele prazo, ela tem que ser divulgada, então as
23 teses da Unicamp são divulgadas. O que o critério de propriedade intelectual gera é um período
24 em que não se divulga para poder depositar patente. Isso traz problemas, as pessoas adiam suas
25 publicações, por exemplo, que é uma coisa importante na carreira universitária. A ideia de que
26 o sigilo é para sempre não se sustenta. Isso está muito bem regulado, existe uma polêmica hoje
27 se patente é a melhor forma de fazer isso, mas aqui no Brasil não houve mudança na legislação
28 de patente. Nos Estados Unidos, eles aumentaram o tempo, o que cria um direito de monopólio
29 de mais longo prazo. A Unicamp sempre colocou as suas teses no espaço público, o que ela faz
30 é, para proteger o interesse do pesquisador e da Instituição, abrir a possibilidade de adiar essa
31 divulgação por um tempo limitado, para que seja possível gerar uma solicitação de patente.
32 Quando veem um trabalho como esse, referente a inteligência artificial, devem lembrar que
33 estão formando pessoas, esse é o grande ativo. Não existe projeto de pesquisa da Unicamp que
34 não esteja voltado a formar gente, sustentado por empresas ou sustentado por instituição
35 pública. Essas pessoas geram competência para conseguir analisar essas coisas, e em qualquer
36 relação comercial com o mundo externo, com empresas, é preciso ter do lado de cá pessoas que
37 sejam capazes de julgar, de avaliar, por isso a importância da formação dessas pessoas. E isso
38 se forma em projetos como esse. Quando citou a empresa Maritaca, deu um exemplo concreto
39 dessa capacidade, lembrando que as empresas mais inovadoras que a Unicamp tem hoje são da
40 área de TI. Uma delas se tornou unicórnio, abriu capital na Bolsa de Nova York, captou quase

1 R\$200 milhões de dólares no final de 2022. Pergunta se é ruim isso, porque jogou no mercado,
2 virou capitalista, ou é uma coisa positiva, tendo em vista que ela foi gerada por pessoas que
3 obtiveram a competência de fazer isso dentro desta Universidade. O estado de São Paulo, hoje,
4 é o único estado do Brasil em que o setor privado já investe em pesquisa e desenvolvimento
5 algo similar ao setor público. As três universidades estaduais estão entre as maiores da América
6 Latina e do Caribe, e isso é fruto do que fez o financiamento público à pesquisa, que também
7 gerou um ecossistema de inovação que é uma realidade, e isso sem ser a China, o Japão, que
8 possuem Estados fortes, nem a Coreia. O Brasil não será um desses países, a burguesia brasileira
9 é fraca, mas não podem ficar esperando surgir uma burguesia do nada. Estão formando pessoas
10 que se tornam empreendedoras; mais de 1.300 empresas nasceram dentro da Unicamp. Não
11 sabe se elas vão se tornar uma nova burguesia, não sabe se boa parte desse pessoal formado em
12 TI está trabalhando em empresas multinacionais e fazem pesquisa aqui. Infelizmente, isso não
13 acontece em outras áreas; o Brasil tem a maior produção de alimentos do mundo, mas não
14 possui nenhum grande centro de pesquisa e desenvolvimento. O país é a sexta economia em
15 energia eólica, a sexta economia em energia fotovoltaica, mas os equipamentos são produzidos
16 fora. Para que sejam produzidos internamente, precisam de engenheiros que lidem com a
17 indústria. Para interferir na realidade, precisam agir, não podem só ficar pensando no plano
18 teórico e abstrato. É neste momento que uma Universidade como esta pode fazer algo para
19 mudar em parte a realidade, sendo um exemplo. Exemplo é importante, porque outras
20 universidades podem copiar, outros centros de pesquisa podem copiar, outras empresas podem
21 se interessar em desenvolver inovação como é feita aqui. Essa é uma tradição que já possuem,
22 o que precisam regular é que esse dinheiro que entra aqui deve servir à Instituição, não aos
23 indivíduos. Mas isso sempre será uma troca, porque não podem imaginar que a empresa que
24 está financiando só faz isso por boa vontade. Recebe aqui delegações chinesas quase toda
25 semana, e elas são compostas por universidades junto com empresas. É por isso que eles
26 conseguem chegar onde estão chegando. Acha que uma coisa é garantir os interesses da
27 Universidade, outra é ficar parado diante deste mundo que está mudando. Pode ser um
28 Schumpeterianismo de colegial, mas precisam tomar cuidado de não ter uma teoria
29 excessivamente acadêmica e não interferir na realidade. Possuem chance de interferir na
30 realidade aqui, fazendo coisas desse tipo, e pode interferir pelo bem, porque relações são de
31 duas partes. Em vez de colocarem barreira de não criar relação com algum ente, podem interferir
32 nessa relação, que se estabelece formando pessoas também, pessoas que pensem um mundo
33 diferente. O papel de formar pessoas é da Universidade, não é o banco que vai fazer isso. Não
34 havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada com 18 votos
35 favoráveis, 03 contrários e 01 abstenção. Passa ao item 63 – Proc. nº 01-P-7528/2010 –, que
36 trata das normas gerais a serem observadas nos concursos públicos para provimento do cargo
37 de Professor Doutor da Carreira do Magistério Superior, em substituição à Deliberação Consu-
38 A-30/2013, apresentada como resultado do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria GR nº
39 51/2023. Destaque do professor Cláudio Tormena. O Conselheiro CLÁUDIO FRANCISCO
40 TORMENA diz que o documento foi gerado a partir de discussões do Grupo de Trabalho, ao

1 qual agradece de antemão. Foi feita uma discussão prévia sobre a minuta, algumas sugestões,
2 depois essa minuta voltou para a Secretaria Geral, passou pela Procuradoria Geral, às quais
3 também agradece. Ocorreram duas reuniões com os diretores, foram adicionados alguns tópicos
4 importantes para algumas unidades para tentar fazer uma minuta que fosse o mais geral possível
5 para a Universidade, que sabem que é diversa, então é difícil chegar a um documento que atenda
6 todas as demandas e necessidades de cada unidade. Gostariam de discutir com a comunidade
7 da Cepe o documento gerado, que provavelmente deve entrar na pauta do Consu de abril para
8 aprovação, então os próximos concursos vão seguir essa nova minuta. Um dos itens da minuta
9 estabelece que as unidades terão que elaborar critérios para a prova escrita, pesos das provas e
10 elementos para análise de plano de trabalho. Então a minuta é geral para a Universidade, mas
11 as unidades terão autonomia para indicar nos editais qual é o perfil, como ele será avaliado etc.
12 Em seguida, solicita a palavra ao professor Erich de Paula, da FCM. O Professor ERICH
13 VINICIUS DE PAULA diz que ocorreu a discussão referente a este assunto na semana passada,
14 no Conselho Interdepartamental da FCM, houve várias manifestações e foi expressamente
15 solicitado que trouxesse aqui um pouco da percepção da comunidade interna. Em primeiro
16 lugar, dá os parabéns para o Grupo de Trabalho e pela iniciativa, entendem que isso é da maior
17 importância, veem o recrutamento talvez como a parte mais importante da construção do que
18 será a Universidade nos próximos anos. Por isso que têm dedicado bastante tempo para a
19 discussão, tanto na congregação quanto no conselho interdepartamental para esse tema.
20 Acredita que outras unidades também enfrentem esse desafio, mas a FCM tem tido concursos
21 com a impossibilidade de colocar determinadas características que entendem como básicas e
22 essenciais para uma posição. Por exemplo, no modelo atual, não pode ser exigido que o
23 indivíduo que vai para a cadeira de Neurologia seja neurologista. Recentemente, houve a
24 aprovação de um candidato de uma outra especialidade, e isso pode acontecer em um nível até
25 mais complexo, do tipo que o indivíduo nem sequer seja médico para uma posição que precisa
26 ser médico. Essa discussão já foi amplamente feita aqui com as instâncias da Administração e
27 argumenta-se que há o perfil desejável. No entanto, o que têm observado nas discussões com
28 as bancas é que elas, até pela cautela em relação à questão judicial, entendem que esse desejável
29 é muito frágil. Então, em uma situação em que há um indivíduo que, por exemplo, tem uma
30 quantidade muito grande de títulos mas não preenche o perfil e existe ou um segundo candidato
31 que teria mais proximidade com o perfil, ou, às vezes, nenhum candidato, a banca não tem tido
32 legitimidade e condição, e mesmo coragem – e entende a banca –, de reprovar esse candidato
33 com uma grande quantidade de títulos. Dessa forma, muitas vezes acabam trazendo para dentro
34 uma pessoa que não tem o perfil desejável. Conversou isso com o professor Tormena no início
35 do processo e acha que a minuta traz algo bastante positivo que é o fato de o edital mencionar
36 o perfil. O edital atual não tem em nenhum lugar escrito “perfil”, somente “requisitos mínimos”.
37 Tiveram a cautela de procurar editais semelhantes de outras universidades do estado de São
38 Paulo e esse perfil, às vezes, ocupa uma página inteira do edital, tamanha a sua importância.
39 Então, isso é um grande avanço, acrescido da informação de que o perfil desejado será
40 considerado para aplicação e julgamento das provas do concurso. Entende que esse item é o

que dá à banca a legitimidade para ela poder, de fato, seguir o perfil, já que o perfil tem a palavra “desejável”. O ideal seria que pudessem estabelecer determinadas características para a inscrição no concurso. Percebeu que, por exemplo, na Faculdade de Medicina da USP em Ribeirão Preto e na da Unesp as vagas já vêm determinadas pelo tipo de especialidade. Entende que a interpretação do princípio da impessoalidade, que lhe parece ser o que rege essa decisão, é variável, mas já que ela é assim na Unicamp, acha muito importante que entendam. Esse perfil, às vezes, vai precisar ser bastante específico, não no sentido de direcionar o concurso para um indivíduo, mas porque a unidade precisa ter autonomia para poder escolher o perfil que deseja. Muitas vezes, esse perfil vai realmente ter só uma pessoa, muitas vezes não vai ter ninguém, e nesse caso é importante que a banca possa, inclusive, se não tiver ninguém, não fazer aprovação, porque já tiveram mais de uma vez essa situação. A comunidade da FCM entendeu como um avanço a inclusão desse perfil, a inclusão dessa frase, que acha que está interessante, “o perfil desejado será considerado para aplicação e julgamento das provas do concurso”. No seu entendimento, ela deveria ser mais assertiva, pois o perfil é essencial. O Conselheiro CLÁUDIO FRANCISCO TORMENA diz que no GT e nas discussões que tiveram com os diretores em relação ao perfil, avaliaram que o candidato tem que ter um perfil para uma determinada vaga, podem colocar a especificidade de cada unidade. Gostaria de ouvir a doutora Fernanda se é possível colocar que o perfil é fator essencial no processo de seleção. No IQ, colocam o perfil desejado e colocam várias áreas, química, biologia, física, engenharia, porque a área é ampla, é interdisciplinar. No entanto, entende que se a FCM, na contratação de um neurocirurgião, contrata alguém que não é um neurocirurgião, isso é pouco produtivo e pode acarretar problemas. Então, não sabe como poderia ser a redação para deixar o perfil mais específico, se é possível alterar isso. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que a questão do perfil foi incluída nos editais exatamente para atender essas peculiaridades de cada área, de cada concurso, porque nas regras o requisito mínimo é o título de doutor. Então, às vezes, a pessoa tem o título de doutor na área, mas não tem a formação na graduação, por exemplo, na área desejada. Fica complicado fechar um perfil exigido no momento da inscrição, até porque estão tratando, neste momento, de regras gerais para todos. Inclusive nem o título de doutor podem exigir na inscrição, vão exigir ao final. Portanto, o perfil é uma direção, mas é uma direção muito importante para a comissão seguir, ao fazer a análise não só da prova de títulos, mas de todas as provas do concurso. Então, no exemplo apresentado, se a FCM vai contratar um professor na área de neurocirurgia, não só os títulos devem seguir esse perfil e pontuar mais para quem tem a graduação, a residência médica na área, mas também as provas devem ser feitas questionando o docente nessa área, para demonstrar que ele é formado na área. Então, ainda que haja um candidato com um ótimo currículo, mas se não é na área de neurocirurgia, ele pode sim ser reprovado, não tem nenhum problema, não tem impedimento nisso. Acha que é um trabalho da banca conseguir elaborar todas as provas, desde a escrita, títulos, didática, voltadas para esse perfil. O perfil é o guia da comissão julgadora no concurso. O Professor ERICH VINICIUS DE PAULA destaca que é um avanço e vão ter que aprender a lidar com isso para a banca se sentir segura e poder usá-lo como guia. O MAGNÍFICO REITOR

diz que nesse caso específico talvez valha a pena, na concretização da banca, ter um pouco de orientação, talvez algum elemento escrito, alguma coisa, para indicar que a banca teria esse poder, de reprovar mesmo a pessoa com currículo excepcional, se ela está fora da área. Em particular em casos em que isso envolva uma especialização tão profunda, talvez seja o caso de a PG elaborar alguma diretriz que dê mais confiança à banca para isso. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que a Secretaria Geral está bem avançada no edital, estão aguardando a aprovação da norma no Consu para fechar a minuta, mas podem colocar de forma mais detalhada ainda essa questão do perfil. A Secretaria Geral também está elaborando o manual de orientação, então acha que vai ajudar bastante. O Conselheiro FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR parabeniza o professor Cláudio pela evidência no Grupo de Trabalho, ele realmente se dedicou e se não fosse todo o esforço dele, acha que não chegariam a esse resultado final. Em relação à fala do professor Erich, diz que possuem na FCA o mesmo problema, tentou falar na Cepe passada e foi mal interpretado por isso. Muitas vezes precisam de um especialista para aquele concurso, e infelizmente às vezes o concurso não permite isso, ou a contratação não encaminha para isso, e há dificuldade depois tanto da unidade quanto do próprio docente contratado em exercer as suas atividades para aquelas disciplinas. Uma das coisas que discutem bastante na FOP é a importância da prova específica, porque ela vai exigir do candidato que ele faça uso de todo o seu conhecimento para aquele tipo de atividade. Acredita que na FCM isso também acaba sendo uma saída para tentar direcionar o concurso para os candidatos que têm o perfil desejado para aquela atribuição. Mencionou na Cepe passada a possibilidade de realizar concursos independentes pelo tipo de especificidade e especialidade do candidato, porque muitas vezes misturar concursos com especialidades diferentes é muito ruim para a área. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ cumprimenta o professor Tormena e os membros do GT por essa minuta e que lhe parece que vai em um sentido positivo, que é o de dar maior autonomia para as unidades desenharem os editais de concurso. Solicita esclarecimento sobre a divisão em fases e a fase eliminatória, que, pelo que entendeu, deve ser composta de, pelo menos – essa é a sua dúvida –, duas provas ou até duas provas, e estão listadas a prova escrita, a análise do plano de trabalho e, no caso, algumas unidades que peçam uma prova de habilidade específica. Sua dúvida é se a prova escrita e a avaliação do plano de trabalho são ou podem ser alternativas ou ambas devem constar, se é “e” ou “ou”. Isso abriria a possibilidade, que até onde saiba hoje não existe, de ter um concurso sem uma prova escrita. Não é contrário a isso, porque lhe parece que a única função da prova escrita hoje em dia nos concursos é, basicamente, eliminar excedentes de candidatos. Na área de Ciência Política há um concurso aberto para daqui a duas semanas com 48 inscritos, e existem concursos em outros lugares com números significativamente maiores. Em outros lugares do mundo, causa certa espécie quando dizem que no Brasil o ingresso na carreira prevê prova escrita, mas até hoje não conseguiram abrir a possibilidade de se livrar dela. Então, sua pergunta é se ela segue sendo obrigatória, ou, nesse novo modelo, ela é uma possibilidade, combinável ou alternativa à análise do plano de trabalho. O Conselheiro CLÁUDIO FRANCISCO TORMENA responde que a unidade pode optar por uma ou outra,

ou algumas unidades comentaram que gostariam das duas. A unidade tem autonomia para definir isso no edital, assim como os pesos e outros elementos. Então, a regra contempla ou a prova escrita, ou a análise do plano de trabalho, ou ambas. A Conselheira DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN agradece ao professor Cláudio pela condução do GT e pelo empenho para que conseguissem chegar nesse documento. Solicita um esclarecimento, talvez seja da Procuradoria Geral, sobre o artigo 24, referente aos critérios para desempate. Há um parágrafo primeiro e depois cinco incisos, sendo o primeiro inciso referente a idade igual ou superior a 60 anos, conforme o artigo 27 do parágrafo único da lei federal e do Estatuto do Idoso. Se está nessa ordem, pode-se compreender que é para seguir essa sequência, e gostaria de entender se é isso mesmo, porque lhe parece que pode ser algo complexo para se pensar na Universidade. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO esclarece primeiramente a pergunta do professor André, complementando a resposta dada pelo professor Cláudio: a prova escrita continua obrigatória. As provas que não forem realizadas na fase 1 necessariamente são realizadas na fase 2, então a opção na fase 1 pode ocorrer entre prova escrita, o plano de trabalho ou as duas. Mas o que não for realizado nessa fase necessariamente vai para a segunda fase, que não é eliminatória. Portanto, é possível que a unidade faça uma prova escrita na segunda fase não eliminatória. Com relação aos critérios de desempate, de fato precisam, por força de lei, colocar o primeiro critério de desempate por idade, para aqueles candidatos maiores de 60 anos. Nos concursos da Unicamp não há tantos candidatos, portanto não é uma situação que vá se apresentar com muita frequência. Para quem tem mais de 60 anos e estiver empatado, aí sim se aplica o critério, e depois os demais. A Conselheira DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN diz que considera complexa a situação. Não sabe o quanto uma lei federal como essa pode ou não estar ferindo a autonomia universitária. Pensa em colegas que eventualmente se aposentem em universidade federal, em outras instituições, e que prestem o concurso junto com um jovem doutor. Não está aqui querendo fazer nenhum tipo de etarismo, mas quando colocam isso como primeiro inciso, significa que a banca vai acompanhar essa ordem. Pergunta se ele tem que ser mesmo em primeiro, não poderia ser em último, sendo o primeiro a maior média obtida na prova didática, o segundo a maior média obtida na prova de títulos e assim sucessivamente. Não estariam negando que esse é um critério que será considerado no desempate, mas ele não seria o primeiro a ser considerado no momento de desempate entre candidatos. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO esclarece que esse critério tem sido adotado em todos os concursos da Universidade. É uma lei federal de aplicação nacional, não é uma lei federal para administração pública federal, porque ela é o Estatuto do Idoso. O parágrafo único do artigo 27 estabelece que o primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada. Isso tem sido adotado em todos os concursos do país, depois se adotam os outros critérios que foram elencados aqui. Infelizmente, não há como fugir disso. O MAGNÍFICO REITOR diz que quanto à observação do professor Erich, reforçada pelo professor Flavio, o que existe de solução, pelo menos para minimizar o problema imediatamente, é ter uma boa justificativa da PG e da SG, à qual a banca tenha acesso, para ela entender logo no início que ela tem força para tomar essa decisão em função de uma distância

do perfil desejado. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, coloca para ciência o Expediente dos seguintes assuntos: A - Roteiro para o Pacto de Ação Climática – Unicamp 2025 – 01 – Nº 01-P-17045/2024 – Roteiro para o Pacto de Ação Climática, Unicamp 2025 – Comitê Assessor de Sustentabilidade – Resolução GR-33/24, Portarias GR-84/24 e 126/24 e Despacho GR-158/25. B - Diretrizes e recomendações sobre o uso de Inteligência Artificial Generativa na Unicamp – 02) Nº 01-P-9412/2025 – Proposta visando o estabelecimento de diretrizes e recomendações sobre o uso de Inteligência Artificial Generativa na Unicamp – Despacho SECPRP-08/25. Passa a palavra ao professor Roberto Donato para apresentar o item 01 e depois para a professora Ana Frattini, que apresentará o item 02. O Professor ROBERTO DONATO DA SILVA JUNIOR diz que vai apresentar o primeiro produto do Comitê Assessor de Sustentabilidade, criado no final do ano passado, que tem como objetivo centralizar as ações de planejamento relacionadas à sustentabilidade e emergência climática na Unicamp. O comitê congrega todos os órgãos da alta Administração que têm algum tipo de prerrogativa de sustentabilidade e ação climática. Dos 13 membros, nove são especialistas na área e têm atividade de pesquisa e envolvimento com políticas públicas relacionadas à sustentabilidade. Então, é um quadro bastante especializado, que tem muito entendimento do que está acontecendo no que se refere às ações de sustentabilidade em universidades. O comitê tinha como objetivo fundamental a construção da política institucional de sustentabilidade da Unicamp. Mas entenderam, pautados pela ideia de que estão vivendo uma emergência climática, que um plano de ação climática era um trabalho premente, no sentido da urgência, que deveriam mobilizar, organizar e produzir junto à comunidade universitária da Unicamp. Passaram por um período relativamente curto de estudo, de cerca de dois meses, dos principais planos de ação climática das universidades que possuem algum protagonismo nesse tipo de construção. Fizeram algum debate e elaboraram o roteiro para um plano de ação climática cujo objetivo fundamental é, ao longo de 12 meses, depois de mais dois meses de revisão e alguma avaliação, envolver a comunidade em um processo de entendimento de quais são as vulnerabilidades climáticas a que a Unicamp está passível, entender quais são os eventos climáticos extremos mais frequentes na região e, a partir daí, também ouvir a comunidade para a construção conjunta desse plano de ação que vai orientar a gestão na organização e na resposta a esses eventos climáticos nos próximos anos. A proposta elaborada tem basicamente seis etapas. A primeira é uma etapa preparatória de organização dos documentos, de preparação das reuniões, de organização das diretrizes de ação. A segunda etapa vai ser voltada para o mapeamento de riscos, perigos e vulnerabilidades climáticas ambientais. Com base nos documentos que já estão organizados na Coordenadoria de Sustentabilidade e também escutando a comunidade, vão fazer o levantamento das vulnerabilidades da Unicamp e da sua comunidade. A partir desse levantamento, vão passar por uma fase de pactuação dos objetivos desse plano de ação climática, também com a comunidade. A quarta etapa é a elaboração do plano propriamente dito, a quinta é a implementação e a comunicação desse plano junto à comunidade. E, finalmente, a sexta é a avaliação e a revisão dos pontos a partir do momento

em que começam a agir em torno desse roteiro, dessa ação climática. A partir do mês que vem, vão começar a mobilizar a comunidade universitária da Unicamp em torno da construção desses objetivos. O MAGNÍFICO REITOR lembra que Ambiente e Sociedade é um programa de pós-graduação bastante forte, tradicional, mas há pouco impacto disso na formação das pessoas, de um aspecto formal mesmo, disciplinas que ocorrem na graduação e na pós-graduação e que sejam de toda a Unicamp. Sabe que a Pró-Reitoria de Graduação está tendo uma iniciativa junto com o pessoal da FEM, e acha que esse é um aspecto que deveria ter muito destaque. Muitos projetos de pesquisa são sobre transição energética, há a questão do radar, também uma combinação de coisas mais técnicas e mais humanísticas no próprio programa Ambiente Sociedade, mas isso não é difundido na formação de graduação. No último evento em que falou da questão da inovação, um dos professores o procurou falando da Sociologia para os engenheiros, que é um curso que poderia ser valorizado. Acha que deveriam fazer isso para dar essa perspectiva um pouco menos técnica para as pessoas das áreas técnicas e para elas terem uma visão abrangente do papel do que elas estão fazendo no contexto desses desafios, e talvez valesse a pena ter para os humanistas um pouco da discussão sobre a inovação, para pensar que distribuir riqueza exige, simultaneamente, produzir riqueza. Esses são desafios simultâneos e precisam produzir aqui dentro. A Conselheira CLAUDIA REGINA CASTELLANOS PFEIFFER diz que considera esta uma excelente oportunidade para associar isso com a curricularização da extensão. Não sabe se o professor Coelho gostaria de falar alguma coisa, mas acha importante trabalhar nessas interfaces; alterações climáticas são temas eminentemente interdisciplinares, que deveriam ser refletidos por qualquer área. Seria uma grande oportunidade que a Universidade pudesse pensar coletivamente, e não isoladamente, cada curso de graduação, pensando uma política da Universidade, e acha que o espaço da curricularização da extensão seria excelente para isso. O Professor FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que é exatamente para onde estão querendo caminhar, porque a ideia é tentar realmente fazer com que a extensão, por meio da curricularização da extensão, seja mais institucionalizada, e que consigam fazer com que isso passe de forma transversal em todas as atividades da Universidade. Quando pensam nos aspectos de sustentabilidade, pensando em tudo isso, devem pensar também na formação das pessoas, nos ambientes de trabalho, na vida da Universidade de maneira geral. Então, é realmente um tema transversal e é óbvio que a extensão tem muito a contribuir. O MAGNÍFICO REITOR diz que na conversa que teve com o jovem professor do IFCH que citou, havia essa conexão com a questão. Às vezes possuem uma dificuldade em mudar essas coisas, porque existe uma certa inércia geral da Universidade em fazer isso, por exemplo, em nível dos cursos de graduação, mexer nas disciplinas. Deveriam pensar em pilotos, escolhendo, por exemplo, um curso de cada área e fazer uma disciplina compartilhada em todos os cursos. As pessoas que mexem com isso, tecnicamente ou em geral, têm que se alimentar também da perspectiva do outro na questão, para tentar entender o problema de uma forma mais abrangente e geral. Acha que é um desafio que a próxima gestão terá que enfrentar, o professor Roberto Donato terá que passar essa bola para que isso seja feito, e daria um destaque grande aos alunos de graduação e de pós-graduação. A pós-graduação, por

1 estar mais próxima da pesquisa, acaba vivendo esse ambiente; a graduação hoje só chega a isso
2 indiretamente, não tem nenhuma ação de formação mais geral. O Conselheiro IVAN
3 FELIZARDO CONTRERA TORO diz que, dentro da CCG, em discussão com os
4 coordenadores, esse foi um tema que foi tratado em várias reuniões. Acha que tanto as
5 metodologias de inclusão quanto a sustentabilidade têm que participar do currículo de todos os
6 cursos de uma maneira transversal. Já existem duas disciplinas relacionadas a alterações
7 climáticas, mas a procura é baixa, assim como é baixa a capacidade da Universidade de
8 massificar essas disciplinas. Dos quase 20 mil alunos da Universidade, não conseguem atender
9 800 com essa disciplina, então a saída é esse tipo de atividade ser feita dentro de cada curso e
10 aos poucos haver mudanças nos currículos, para que isso seja incluído em todas as disciplinas
11 do curso. Acha que precisam ser mais proativos, que a próxima gestão tem que trabalhar esse
12 tema de uma maneira até mais intensa, mas ressalta que isso é uma coisa que estão discutindo
13 bastante dentro da CCG. O MAGNÍFICO REITOR diz que precisam pensar em editais,
14 mecanismos de incentivo para unidades testarem uma mudança. Se não houver alguma coisa
15 que seja orientada, é pouco provável que as pessoas espontaneamente mudem isso. Fica muito
16 a critério de cada indivíduo. Teriam que pensar talvez em um edital da graduação, talvez
17 juntamente com outra pró-reitoria, um edital que selecionasse um curso ou uma unidade por
18 área, por exemplo, para fazer teste. Essa seria a sua sugestão. Agradece ao professor Roberto
19 pela apresentação e reitera a importância do comitê, porque existem várias iniciativas muito
20 importantes, mas elas são desarticuladas. A ideia do Comitê de Sustentabilidade é criar esse
21 espaço de articulação de vários órgãos que a Unicamp já tem e que trabalha com
22 sustentabilidade sob diferentes perspectivas. O Professor ROBERTO DONATO DA SILVA
23 JUNIOR diz que na fase de mapeamento que estão pretendendo fazer, cabe também, e
24 pretendem realizar, um processo de entendimento das experiências didáticas e de pesquisas que
25 trabalham com o tema. Acha que isso é bastante importante, porque o tema de sustentabilidade
26 tem os seus nichos de excelência, que são voltados e orientados para tal, como o programa
27 Ambiente e Sociedade e a própria Ecologia do IB, que são áreas muito fortes de pesquisa, mas
28 a temática da sustentabilidade está atravessando toda a Universidade e, muitas vezes, ela passa
29 abaixo do radar. Reconhecer essas práticas didáticas, de pesquisa e de extensão também faz
30 parte do plano de ação climática que pode gerar um movimento de espraiamento dessas ações
31 para outras áreas e outros cursos. A Conselheira ANA MARIA FRATTINI FILETTI, referindo-
32 se ao item 02 do Expediente, diz que a ideia aqui foi fazer um documento inicial para tenham
33 um balizamento do uso de inteligência artificial generativa na Unicamp. Sentiram a necessidade
34 disso no final do ano passado, quando a Unicamp fez um evento grande de inteligência artificial
35 e, nesse evento, houve uma primeira iniciativa da PRG dizendo como os docentes deveriam se
36 portar diante disso. E a PRP, como responsável pelas comissões de ética e de integridade na
37 pesquisa, sentiu uma necessidade imediata, urgente de trabalhar com essa proposta de diretrizes.
38 E, ao começar a trabalhar com isso, perceberam que os outros órgãos se interessaram pelo que
39 a PRP estava fazendo. Inicialmente se juntaram à PRG, que já tinha adiantado alguma coisa,
40 mas foram se agregando membros de várias unidades sem que constituíssem um GT formal

para isso. Então, talvez os nomes e os órgãos que apareçam aqui relacionados como autores desse documento não contemplem a Universidade toda, mas está explicando que isso foi uma coisa que efetivamente aconteceu ao longo da elaboração desse documento. Foi feito todo um estudo a partir de vários documentos de universidades do exterior e das universidades brasileiras para ver o que já havia em relação a isso, mas observa que de forma alguma pretendem exaurir o assunto nesse documento, porque é impossível. Cada órgão, cada unidade tem um uso específico dessa inteligência artificial, portanto é impossível gerar um documento único para a universidade inteira, sendo mais exato nas diretrizes. Ele é um documento bastante amplo, e a ideia é que ele seja um apanhado de conceitos, princípios e valores da Unicamp em relação à inteligência artificial, e que se cada unidade ou cada órgão sentir a necessidade de baixar um próprio documento, que o faça baseado nos conceitos que estão colocando aqui. Esse GT foi informalmente constituído pela PRDU, PRP, PRPG, Comissão de Ética em Pesquisa, ProEEC, com participação da Detic, do Instituto de Computação, PRG. Tiveram também o apoio do senhor Márcio Martins, do Sistema de Bibliotecas da Unicamp, e do senhor Adauto Bezerra, da Detic, que contribuíram na análise final do documento. O documento traz ao conhecimento da Universidade quais são os valores e como eles se aplicam ao uso da IA generativa por docentes, pesquisadores, funcionários e estudantes. Separaram em alguns tópicos que são importantes de mencionar: prioridade da criação e da autoria humana, isso é um valor da Universidade, pois de forma alguma toleram que a IA seja autora de alguma coisa. Se a pessoa está usando a IA, ela gerou o conteúdo, a pessoa é responsável pelo que a IA está falando. Ao longo de cada um dos tópicos, há exemplos de orientações que podem ser dadas. Por exemplo, nesse item, garantir que a contribuição intelectual principal e a redação final sejam de autoria humana, e as tarefas de aprendizagem dentro da Universidade devem refletir o conhecimento de cada estudante. Então, a IA generativa pode, sim, auxiliar a busca de informações, mas o que está escrito e elaborado tem que ser do conhecimento de cada estudante. Confiabilidade no conhecimento gerado é mais um dos tópicos: “A Unicamp preza pela precisão e veracidade das informações produzidas e disseminadas em seu ambiente”. Então, não é porque uma IA generativa forneceu aquela informação que devem confiar nessa informação, inclusive um dos princípios é que utilizem a inteligência artificial naquilo que dominam, e que sempre tenham a condição de verificar aquilo que a IA produziu. Outra questão é a honestidade e transparência. A integridade acadêmica e administrativa é um dos pilares da Unicamp, então o uso da IA generativa deve ser sempre transparente e honesto, ou seja, se for utilizada, isso tem que ser explicitamente declarado em trabalhos acadêmicos e de disciplinas, relatórios, artigos ou qualquer outra produção intelectual, incluindo aqueles de natureza administrativa. Isso pode ser colocado como uma nota de rodapé ou uma seção específica no documento, mas a pessoa tem que ser clara e transparente sobre o uso da IA. E, ao apresentar resultados gerados por IA, que ela indique claramente a metodologia utilizada e as limitações dessa ferramenta. Qualquer conteúdo produzido por IA deve ser revisado cuidadosamente, sendo que a pessoa que usou assume a responsabilidade pelo texto. Privacidade e confidencialidade são outros pontos bastante graves; se a pessoa tem resultados de pesquisa

1 pelos quais ela zela, não deve pedir para o Chat GPT ou qualquer outro *software* analisá-las
 2 sem que haja garantia de que esses dados não vão ser incluídos para um treinamento dessa
 3 inteligência artificial externa. Para isso, a Unicamp criou a própria inteligência artificial, que
 4 fica interna a ela, e que já foi disponibilizada pela Detic. Também há a questão dos dados, das
 5 informações protegidas pela LGPD: não é possível fazer um trabalho administrativo com
 6 bancos de dados sigilosos da Universidade dentro de uma IA. Então, tudo isso são valores, e o
 7 seu uso tem que ser eticamente orientado. Não usar IA para gerar conteúdo discriminatório,
 8 preconceituoso, estar atento aos vieses que são embutidos nessas IAs comerciais, só usar a IA
 9 generativa de forma a promover o bem comum e contribuir para o avanço da sociedade. Um
 10 dos pontos importantes que está escrito aqui é que cabe à comunidade interna da Unicamp
 11 prover e buscar o letramento. Com isso, querem dizer que não adianta as pessoas se recusarem
 12 a aceitar que a IA existe. Ela existe, está aí, os alunos estão atentos a isso, então devem, como
 13 administradores ou como pessoas responsáveis por disseminar essa política às pessoas, alertá-
 14 las e deixá-las cientes de que isso vai ocorrer, queiram elas ou não. Então, tem que haver um
 15 letramento importante a docentes e funcionários que se recusam a admitir que a IA existe. Eles
 16 podem não usar, mas têm que saber que a IA existe para estar precavidos contra coisas que
 17 possam aparecer. A ideia é que esse documento se torne uma resolução GR, uma norma, pelo
 18 Gabinete do Reitor, e que cada órgão administrativo ou cada unidade que sentir a necessidade
 19 de fazer um documento próprio que se paute nesse documento para gerar. Ele é um documento
 20 que vai impulsionar esse movimento dentro da Universidade. O MAGNÍFICO REITOR diz
 21 que a ideia é baixar uma espécie de norma da Reitoria para toda a comunidade, pois acreditam
 22 que é uma coisa suficientemente genérica para todos estarem incluídos. Ela zela por alguns
 23 pontos e existe a possibilidade de serem acrescentadas coisas. Então, está querendo dar o
 24 pontapé inicial para deixar a questão já encaminhada, mas deixa também aberta à comunidade,
 25 aos órgãos, a discussão local para ver se é possível acrescentar coisas, ter definições mais
 26 rígidas em um ou outro aspecto. Mas não ficariam só dependendo da discussão, já colocaram
 27 uma orientação. Não usar para divulgar preconceitos, isso é algo natural, mas uma coisa
 28 importante é que seja transparente: se a pessoa usou, ela tem que revelar; se não revelar, ela
 29 está cometendo um delito. Então, ela tem o dever de explicitar que usou recursos de inteligência
 30 artificial para fazer um trabalho. A partir dessas informações de hoje, na Cepe e na CAD, devem
 31 publicar isso e dar divulgação geral para a comunidade. Mas a discussão, obviamente, não para
 32 aqui, até porque vários deles não têm experiência própria e vão adquirir, e depois poderiam,
 33 talvez, detalhar mais. Então, deixa aberto também o espaço da discussão. Em seguida, passa a
 34 palavra aos inscritos no Expediente. A Conselheira CLAUDIA REGINA CASTELLANOS
 35 PFEIFFER informa que ocorreu a primeira feira interdisciplinar de ciência da Cocen, que
 36 aconteceu nesse final de semana, 15 e 16 de março, na Estação Guanabara. Foi um
 37 acontecimento muito importante, envolvendo a divulgação, a disseminação da ciência
 38 interdisciplinar, da cultura e da arte, com a presença muito significativa de alunos de ensino
 39 médio e do fundamental II e da população em geral. Agradece e parabeniza a Cocen, e em
 40 seguida solicita a palavra à doutora Raluca, coordenadora da Cocen. A Doutora RALUCA

1 SAVU diz que o evento mencionado pela doutora Claudia foi uma parceria com a ProEEC,
 2 tendo sido a última ação dentro do programa de extensão que a Cocem tem, sob a sua
 3 coordenadoria. Foi no edital de 2023 que ganharam esse programa e a ideia era despertar, junto
 4 ao público infanto-juvenil, a curiosidade para a ciência, para a arte e para a pesquisa que a
 5 Unicamp faz. Realmente foi um sucesso, tiveram no primeiro dia quase mil alunos, além do
 6 público avulso e acompanhantes, pais, tias, irmãs e demais. E, no segundo dia, quase 500
 7 participantes, inclusive de escolas fora do estado de São Paulo, da cidade de Extrema, em Minas
 8 Gerais, além de alunos da região, Americana, Vinhedo, Valinhos etc. Então, realmente tiveram
 9 um alcance muito grande, agradece a todos os participantes, primeiro à ProEEC, por essa
 10 parceria, à equipe da Cocem, que é excelente, vestiu a camisa e conseguiu fazer uma
 11 organização perfeita, e, especialmente, ao pessoal do CIS Guanabara. Foram muito indagados
 12 se haverá mais edições e acredita que valha a pena, pois é uma ação muito importante, que
 13 mostra a pesquisa que a Unicamp está fazendo para a comunidade de Campinas e do Estado de
 14 São Paulo. Portanto, estão se preparando já para a segunda edição da feira. O MAGNÍFICO
 15 REITOR parabeniza a Conce pela iniciativa e diz que é sempre bom ter esses momentos de
 16 levar a Universidade para fora. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que vai expor
 17 alguns relatos encaminhados a ele de servidores e servidoras não modulados pelo STF, desde o
 18 começo ao fim do julgamento, e também do grupo Esu, que criaram aqui na Universidade de
 19 não modulados. Muito triste o relato a seguir: “Estou morrendo de chorar. Eu não estou
 20 aguentando mais tanta pressão. Não vou suportar, pode acreditar”. “Desde 2013, com a
 21 aprovação pelo Consu da migração para o regime Esunicamp, mudamos nossas vidas e nos
 22 programamos para uma aposentadoria no regime oferecido pela Universidade. Agora estamos
 23 preocupados, perdidos emocionalmente e muitos estão adoecendo. Podem acreditar, não
 24 queiram passar pelo que estamos passando”. Em seguida, vai relatar outra fala de um servidor
 25 revoltado: “Uma pergunta de grande interesse a todos: tendo em vista a insegurança jurídica e
 26 institucional provocada pela Unicamp a 309 colaboradores, com efeitos drásticos e traumáticos
 27 sobre os mesmos e suas famílias a partir do iminente retorno ao regime trabalhista, há de se
 28 considerar que processos indenizatórios serão apresentados em larga escala, podendo custar à
 29 Universidade valores exorbitantes para reparação. Diante desta perspectiva nada favorável, a
 30 Universidade não estuda uma possibilidade jurídica para que sejamos mantidos no Esunicamp?
 31 Existem casos parecidos abrindo jurisprudência. Afora isso, esses 309 já foram prejudicados
 32 pela última reforma da Previdência, somando-se agora essa iminente decisão. Portanto, a
 33 Unicamp deveria, ao nosso ver, tentar contra-argumentar juridicamente, e não apenas
 34 posicionar-se como mera executora legalista de algo que ela prometeu ser totalmente legal”.
 35 Outros questionamentos: “Como a Unicamp fará os créditos devido ao INSS para cada
 36 servidor?” “Como a Unicamp fará a devolução ao servidor dos valores pagos a maior para a
 37 SPPREV?” “O retorno a CLT alterará a contagem de tempo para a aposentadoria?” “Como será
 38 o processo de admissão no regime CLT e a atualização da carteira de trabalho?” “A
 39 Universidade pode lutar juridicamente para nos manter no regime Esunicamp?” “Qual a posição
 40 sobre a licença-prêmio? Teremos oportunidades de tirar futuramente caso haja retorno à CLT?”.

São muitos questionamentos e incertezas, e a Universidade precisa responder à altura as questões envolvendo esta situação. Lembra que o Consu aprovou a mudança de regime em 2013, por unanimidade. Finaliza agradecendo à PG, que atendeu a um pedido de reunião de feito por ele para receber um grupo de seis servidores. O MAGNÍFICO REITOR ressalta que marcaram duas reuniões, uma vai ser agora antes da CAD, vai ter essa comissão, a PG, a DGRH, vão apresentar as dificuldades envolvidas, de ordem jurídica, e uma variedade de situações que exigirão da Administração que sejam minimizadas as decorrências negativas para cada servidor. A questão da licença-prêmio, por exemplo, de pessoas que já exerceram enquanto Esunicamp, talvez não tenha nenhum problema. Precisam ver os detalhes jurídicos, fazer o estudo, mas que isso não penalize a pessoa. Tem que pensar no fundo de garantia, então tem o detalhe jurídico, se é possível ou não recorrer de alguma forma. Certamente há interesse da Administração atual e das próximas de reduzir ao máximo o prejuízo que isso possa trazer para os indivíduos. Foi uma decisão da instituição, então ela tem que assumir a sua responsabilidade nessa história também. Isso, obviamente, tem uma decorrência para a prática futura no momento de exercer as decisões em relação a cada caso. Entende que é um sofrimento muito grande, difícil de resolver, mas existe uma margem de manobra, um espaço para minimizar a gravidade do problema. A Universidade sempre foi muito positiva, em geral, em preservar as pessoas dessas desventuras que, às vezes, acontecem ao longo do caminho. Depois da CAD, vão fazer uma reunião também com os diretores, com o objetivo de diminuir um pouco essa tensão, esse sofrimento, tranquilizar e deixar essa perspectiva de construção de uma certa convergência entre as pessoas que estão envolvidas diretamente e as pessoas que estão nos cargos de direção, de que há espaço para diminuir o tamanho da dificuldade. O Conselheiro FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que na semana passada houve boas notícias em relação à Faculdade de Odontologia de Piracicaba. Uma delas é a ação do cursinho Pirabixo, que graças ao apoio da Reitoria e da Pró-Reitoria de Extensão, Esporte e Cultura, permite essa iniciativa muito boa em Piracicaba. Infelizmente, é um cursinho que começa com 80 alunos e termina o ano com cerca de 25 alunos, mas este ano todos os alunos foram aprovados em universidades, sendo oito na USP, sete na Unesp e cinco na Unicamp, um na FOP, dois na Feagri e dois no IG. Houve mais dois alunos aprovados na UFSCar, dois na Universidade Federal de Lavras e um na Unifesp. Então, é um excelente resultado e, graças ao apoio recebido, conseguem fazer esse serviço. Parabenizar a professora Fernanda Klein, que é responsável pelo Pirabixo. A segunda notícia é o bom resultado novamente da Faculdade de Odontologia de Piracicaba nos *rankings* internacionais. Mantiveram a posição de top 30 entre os cursos de Odontologia, estão na 26ª posição, ano passado era 23ª, sendo a segunda melhor faculdade de Odontologia classificada na América Latina, somente atrás da USP. Acredita que se tivessem três *campi* de Odontologia como a USP tem, possivelmente estariam no top 10. Agradece todo o apoio que foi dado pela Reitoria para que conseguissem vencer todas as dificuldades e conseguissem atingir esses objetivos e essa classificação. O MAGNÍFICO REITOR parabeniza a FOP e diz que qualidade e inclusão lado a lado, andando juntas, é um belo exemplo. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ diz que, antes de falar do tema para o qual originalmente havia se inscrito,

1 não pode deixar de responder à provocação do senhor Reitor dizendo que ensinar “humanistas”
2 que para distribuir riqueza é preciso produzi-la, é mais ou menos como ensinar matemática
3 básica a engenheiros. Mas se algum dia o colocarem para dar aula para alunos de Engenharia,
4 promete que começa com “Lumpen-burguesia e lumpen-desenvolvimento”, de André Gunder
5 Frank. Provocação fechada, diz que sua fala é sobre acessibilidade. Hoje de manhã, para chegar
6 aqui, teve alguns problemas, porque o sistema Vamos, que aliás foi um belo exemplo, até
7 simples, mas engenhoso de inovação nesta Universidade, desenvolvido pela arquiteta Edilene
8 Donadon, da Prefeitura do Campus, estava indisponível. Não é nem a primeira nem a segunda
9 vez que isso lhe ocorre. Para quem não conhece, o sistema Vamos é um sistema de carrinhos
10 elétricos que transporta não só pessoas com deficiência, mas pessoas com dificuldade de
11 locomoção pelo *campus*. É um sistema de transporte complementar ao sistema de circulares,
12 acionado por aplicativo, é uma espécie de Uber do bem, mas ele estava simplesmente
13 indisponível, o que tem acontecido algumas vezes. Se vão adotar cotas para pessoas com
14 deficiência, tanto em concursos docentes como no ingresso na graduação, imagina que o
15 número de pessoas com dificuldade de locomoção vai aumentar aqui no *campus*. Nesse sentido,
16 precisam de algo que funcione. Como todos os serviços que não fazem parte das atividades fim
17 ou das atividades administrativas, este é um serviço terceirizado hoje em dia na Universidade,
18 e essa empresa está deixando muito a desejar, e acha que a Prefeitura do *Campus* deve estar
19 alerta para esse problema. Obviamente, o traçado do campus, que é um traçado pouco acessível,
20 que funciona por anéis concêntricos, ninguém vai mudar, não é o caso, mas precisam facilitar
21 a locomoção aqui dentro. Aliás, nesse sentido, também recomendaria que os motoristas de
22 circulares fossem mais bem informados sobre os trajetos que adotam. Mais de uma vez, entrou
23 no ônibus e falou que queria descer no IFCH, e a melhor resposta do motorista foi pedir a alunos
24 que o informassem. Um outro o fez descer no IFGW, em um dia de chuva forte. Então, essas
25 coisas não podem acontecer; os motoristas de circulares têm que saber quais são as paradas no
26 *campus* e o que é cada uma dentro dos seus trajetos. Por fim, acha que valeria uma campanha
27 educativa para motoristas de carros neste *campus*, porque hoje mesmo, no caminho para cá, se
28 deparou com alguém parado em cima de uma guia de acesso, o que, aliás, na ADunicamp
29 acontecia com frequência. Até pediu aos funcionários da ADunicamp que colocassem muitas
30 moais nos vidros dos carros, do tipo: “Por favor, não parem na guia rebaixada, PCDs
31 agradecem”. Inclusive, pediu até para eles colocarem cones uma época ali, acho que ainda
32 colocam, perto do restaurante. São pequenos detalhes no dia a dia que fazem bastante diferença,
33 e que se aumentar o número de cadeirantes, pessoas com deficiência visual e outras pessoas
34 com dificuldades de locomoção circulando aqui, terão que prestar mais atenção. Então, o
35 sistema Vamos tem que funcionar de maneira regular e previsível, claro que acidentes
36 acontecem, urgências acontecem, mas elas devem ser, de preferência, comunicadas
37 previamente. E o pessoal dos circulares precisa conhecer minimamente seus trajetos, os
38 motoristas dos ônibus, e os motoristas de carro, incluindo os colegas, precisam ser um pouco
39 mais educados e não usar a guia rebaixada como vaga. A Conselheira GIOVANNA DA
40 COSTA ROMARO endossa os pedidos do professor André e diz que se inscreveu por dois

1 motivos, um deles é fazer um ponto de alerta sobre como foi o evento de concessão de Título
2 de Doutor *Honoris Causa* para os Racionais. Parabeniza a Unicamp por essa iniciativa e destaca
3 que logo ao chegar nesse evento, houve alguns problemas também de acessibilidade. Foi
4 abordada por diversos estudantes com deficiência que a alertaram sobre o fato de que o
5 formulário de inscrição para assistir a esse evento não tinha nenhuma opção de se declarar
6 pessoa com deficiência. Não havia reserva de vagas para pessoas com deficiência dentro do
7 evento, e teria do lado de fora um telão que foi colocado lá para exibir o evento, mas também
8 sem uma área reservada para pessoas com deficiência, sem cadeiras. Quando foi questionar os
9 responsáveis pela organização do evento sobre essas disposições de acessibilidade que são
10 obrigatórias por lei e que as pessoas envolvidas no processo não estavam desavisadas sobre
11 essa obrigatoriedade, elas sabiam disso, foi respondida que a Universidade não está pronta para
12 receber pessoas com deficiência e que já estava sendo um grande avanço porque tinham
13 conseguido colocar intérprete de Libras no evento. Gostaria de saber, no caso de uma pessoa
14 que precisa se sentar em uma cadeira porque ela tem uma deficiência física, utilizando bengala,
15 para que vai servir o intérprete de Libras para ela. Há uma diversidade muito grande de pessoas
16 com deficiência, e ter Libras não quer dizer que o evento é acessível. Para finalizar, solicita a
17 autorização desta Câmara para a leitura de uma carta do Coletivo de Mulheres da Unicamp, em
18 especial por estarem no mês do Dia Internacional da Mulher. Passa à leitura: “Carta aberta à
19 comunidade universitária. Vimos a público manifestar nossa completa preocupação e
20 indignação com a forma como a Universidade Estadual de Campinas vem agindo perante os
21 casos de assédio sexual que ocorrem em suas dependências e/ ou dentro da comunidade
22 universitária. São diversos os relatos de mulheres que sofreram assédio sexual e que não tiveram
23 o acolhimento e respaldo necessário que a Unicamp deveria oferecer. Mulheres essas que
24 podem ser trabalhadoras terceirizadas, trabalhadoras concursadas, patrulheiras, estagiárias ou
25 estudantes. Em muitos dos casos se somam questões de hierarquia à problemática já complexa
26 do assédio sexual. Recebemos relatos de casos em que os agressores não só não são punidos,
27 como também recebem tratamento privilegiado, sendo até indicados a cargos gratificados. Os
28 ônus são acumulados sempre pelas vítimas, que além dos danos psicológicos sofridos
29 diretamente pelo assédio em si, ainda acabam revivendo sua dor ao se deparar com o tratamento
30 que os assediadores recebem, o que reconfigura mais agressão às vítimas e maior endosso aos
31 agressores. Ressalta-se a prática institucionalizada na Universidade de inversão das denúncias,
32 na qual a vítima do assédio responde a processos por calúnia e difamação, passando a ser
33 perseguida no ambiente de trabalho em decorrência da denúncia realizada. São vários os relatos
34 desse tipo de ocorrência. Toda essa política vigente na Universidade precisa ser extinta
35 imediatamente, inclusive em concordância com a imagem que a Unicamp deve se preocupar
36 em ter, de uma universidade diversa, plural, justa, sustentável e humana. Assediadores não
37 podem continuar seguindo sem punição, nem sendo beneficiados de alguma forma.
38 Defendemos uma política de ficha limpa para cargos gratificados, para que esses cargos não
39 sejam ocupados por assediadores, minimizando assim a ocorrência desse tipo de violência em
40 nossa comunidade, já que a hierarquia pode ser usada em favorecimento da prática do assédio.

1 Assinado, Coletivo de Mulheres da Unicamp”. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos
2 pró-reitores. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO informa que ainda não receberam o
3 resultado do projeto de bolsas institucionais do CNPq, ele deve sair agora em final de março.
4 Então, embora o pedido tenha sido vultoso, de acordo com as demandas dos programas, ainda
5 não possuem retorno. Em relação à Capes, informa que os programas Proex tiveram
6 recolhimento de 52 bolsas de doutorado e de 10 bolsas de mestrado. Isso foi geral, falou com
7 outros colegas de pró-reitorias, mas a perda aqui foi bastante grande. Na demanda social, que
8 são as bolsas dos programas Proap, e mesmo aqui da pró-reitoria, a perda é menor, mas ela
9 ocorre, foram sete doutorados recolhidos e 26 mestrados recolhidos. Houve o aporte de bolsas
10 da demanda social que fica com a pró-reitoria, em que é possível fazer alguns ajustes de
11 programas com maiores dificuldades Proap ou de demanda social. Receberam essa semana o
12 ofício que demonstra, pelas fórmulas aplicadas, o que produz esse cálculo para todos, mas é
13 essa gestão aqui das bolsas pela Capes. Uma outra informação é relativa ao plano de
14 aperfeiçoamento da pós-graduação, que advém de acordo assinado entre a Capes, a Fapesp e as
15 seis reitorias das universidades públicas paulistas. Houve um atraso grande, porque a partir do
16 acordo assinado com reitores, com a presidência da Capes e com a presidência da Fapesp, teria
17 que haver um acordo entre a Capes e a Fapesp. Esse acordo demorou muito, porque precisou
18 de muitos ajustes legais e de muita conversa, e só ficou pronto há 15 dias. Então, nesta semana,
19 cada universidade recebeu um novo modelo de acordo entre a Fapesp e sua universidade; na
20 Unicamp isso está sendo encaminhado para a PG, para avaliação, depois o senhor Reitor deverá
21 assinar e a partir de então é que esse programa fica valendo. Tinham a intenção de já colocar o
22 edital para, eventualmente, programas que estivessem preparados para aderir pudessem aderir
23 agora no segundo semestre, mas se não for possível o edital será lançado para início do ano que
24 vem. Informa também que para os alunos de doutorado que irão defender suas teses até o final
25 do ano, as inscrições do Prêmio Tese Destaque da Universidade vão até o dia 04 de abril. O
26 Professor IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz que é um homem branco, de 1,80 metro
27 de altura, usa óculos, tem cabelos grisalhos e está vestindo camisa e calça na cor cinza. Informa
28 que na semana passada ocorreu a Semana da Inclusão na Universidade, com algumas palestras
29 extremamente importantes. O curso de metodologia inclusiva para pessoa com deficiência no
30 ensino superior foi dado pela professora Sônia Caldas, da Universidade Federal de Minas
31 Gerais, e uma das coisas levantadas lá foi a necessidade de se acostumarem a ter pequenas
32 atitudes, como a autodescrição, algo que podem fazer aqui. O curso foi um sucesso, a semana
33 foi um sucesso, e além disso possuem a disciplina paulista de acessibilidade, que na Unicamp
34 teve mais de 900 inscritos, o que foi para a PRG motivo de grande orgulho. Havia duas mil
35 vagas, mas pelo tamanho da Unicamp, ter 900 inscritos é extremamente importante. Informa
36 que estão na sexta chamada do vestibular, já houve 3.600 convocados e confirmados, que são
37 as vagas mais os alunos do ProFIS. Houve uma queda de alunos das escolas públicas, ficaram
38 em 46%, sendo que no ano passado foram perto de 50%. Por outro lado, tiveram mais de 35%
39 de alunos pretos, pardos e indígenas, o que é um avanço também bastante importante. Já ocorreu
40 a calourada, que aconteceu aqui no *campus* de Campinas, assim como nos de Limeira e

Piracicaba, e ontem ocorreu a calourada indígena, quando deram as boas-vindas aos 97 alunos indígenas que entraram este ano. A Conselheira ANA MARIA FRATTINI FILETI diz, retomando o assunto das ações afirmativas, que o edital do Pibic já está aberto e uma das diferenças foi seguir alguns exemplos do CNPq, que já tem cotas de ações afirmativas, e fizeram uma reserva maior de bolsas para a PPI. Então, já vem o edital com essa reserva. Também fizeram um aumento das vagas de iniciação científica voluntária, porque observaram que as classificações, principalmente dos indígenas, não eram suficientes para obter bolsas nem do CNPq nem da Deape. Então, tiveram que ampliar o número de iniciações voluntárias para tentar abarcar esse público também, apesar de não ter conseguido. Há um Pibic de ação com empresas financiadas especificamente por empresas, com bolsas para mulheres e para alunos de escolas públicas. Portanto, ampliaram algumas ações afirmativas na iniciação científica. Sobre o Faepex, informa que ele é um fundo que tem várias entradas. Uma das entradas vem da porcentagem de convênios com empresas, que está aumentando ano a ano, e também de dotação orçamentária da própria Unicamp, lembrando que no ano passado foi aprovado no Consu um aumento de quase 50% nesse valor. Com isso, conseguiram aprovar, no conselho de orientação, no reajuste da cota anual do docente ou pesquisador de R\$7.200 para R\$8.000. Além disso, junto com o reajuste da cota, observaram que teriam espaço para fazer algumas outras ações. Uma das ações que fizeram foi a criação do auxílio PCD: para pessoas que têm dificuldades justificadas e que precisam gastar mais para participação em eventos científicos ou trabalhos de campo e visitas técnicas, que necessitam de acompanhantes, aprovaram uma cota extraordinária anual para essas pessoas. Então, desde que justificado, desde que feita a solicitação da sua cota, ela pode pleitear essa cota adicional como um auxílio para a participação em evento científico. Com esse aumento dos recursos, houve também a possibilidade de propor novos editais, portanto estão abrindo a possibilidade de que a próxima gestão faça um aporte financeiro nesses novos editais. Não estabeleceram cronogramas, deixaram a liberdade de a próxima gestão escolher, mas abriram a possibilidade de novos editais. São quatro: dois voltados à infraestrutura específica da Cocen, que já era uma demanda antiga, e um segundo para a infraestrutura de espaços institucionais de pesquisa, visando maior segurança institucional. Envolve preparação para AVCB, infraestrutura de gases, refrigeração e energia elétrica, visando segurança operacional desses laboratórios. Os dois outros, um deles é um apoio voltado aos estudantes indígenas da graduação, justamente por terem verificado no Pibic que mesmo colocando maior número de vagas em iniciação científica voluntária, às vezes não conseguiam abarcar os estudantes indígenas, porque é sabido que eles têm uma certa dificuldade. Conversaram com as pessoas especializadas nesse estudo aqui dentro do *campus*, propuseram ao conselho e foi aprovado o apoio à pesquisa para estudantes indígenas da graduação. É um projeto piloto, visando estimular a iniciação científica desses estudantes, contribuindo com a inserção e permanência na Universidade, concedendo auxílios voltados para o desenvolvimento de pesquisas, preferencialmente nas comunidades indígenas. Propõem o valor de R\$20 mil por auxílio e abarca uma bolsa de iniciação científica independente da seleção do Pibic. Então, são R\$8 mil para a bolsa e mais R\$12 mil de custeio para viagens para

a comunidade, onde eles estariam levando o conhecimento da Universidade e trazendo o conhecimento das comunidades para cá. O último edital aprovado é Mais Mulheres na Pesquisa; verificaram que, nos diferentes níveis da carreira docente, há diferentes percentagens femininas. Começam, aproximadamente, com 42% de docentes mulheres no nível MS-3, enquanto no nível MS-6 são 27% de mulheres. Desejam preparar um caminho mais voltado para essas docentes para que elas cheguem à carreira de titular com algum auxílio. A ideia desse edital é estimular a pesquisa e a produção científica das docentes e pesquisadoras com foco na internacionalização, porque sabem que isso traz maior número de citações e vai auxiliá-la a chegar nos elevados níveis da carreira. A sugestão é que sejam R\$35 mil por proposta para que ela possa fazer uma pesquisa internacional e levar também a sua equipe e estabelecer contatos com instituições internacionais. Informa ainda que estão com dois editais Finep em curso, um é Centro Temáticos de Pesquisa, e traz a boa notícia de que conseguiram conversar com todos os coordenadores que queriam propor projetos isolados e que iam competir entre si. Conseguiram fazer um grupo só e haverá uma proposta apenas sobre transição energética justa pela Unicamp. Então, são projetos de várias áreas, inclusive dois projetos na área de Humanidades que estão se juntando à área Tecnológica, conseguiram fazer esses grupos conversarem e estabelecerem uma proposta única. Então, acha que é um avanço, devem insistir nesse tipo de projeto. Quanto ao Programa de Incentivo a Novos Pesquisadores, o PIN-PQ, saiu o resultado no dia 17 de maio, foram aprovadas 13 propostas, e, juntamente com a PRDU, estão pensando em tornar esse auxílio um edital permanente, que todo ano vai ser colocado, tanto o PIN-PQ quanto o Pind. Em relação ao Grant Office, informa que realizaram, em fevereiro, uma reunião com a DGA e todos os ATs de pesquisa das unidades e de centros e núcleos, para explicar os novos procedimentos de aquisição de itens de pesquisa, de compra por itens de pesquisa, e já divulgaram também a nova regulamentação que trata desse assunto. O Professor FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que é um homem preto, é careca, os cabelos que restam variam de cinzentos a brancos, está usando uma camisa de manga curta preta e porta também um suspensório de cor cinza. Está sentado em uma sala com microfones ao seu redor e vai fazer algumas considerações muito rápidas a respeito dos avanços da ProEEC. Primeiro, parabeniza a FOP pelo resultado no *ranking*, sem dúvida nenhuma é motivo de grande orgulho para toda a comunidade ter uma unidade de ensino, pesquisa e extensão com esse grau de qualificação. Parabeniza a FOP também pelo cursinho Pirabixo, em nome da professora Fernanda Klein, pelos resultados que refletem, como o senhor Reitor mencionou, inclusão e qualidade. Parabeniza também a Cocen pela feira de ciências, que teve a oportunidade de visitar no domingo, foi realmente muito agradável e parabeniza pela escolha dos temas, que eram de grande interesse para qualquer pessoa que passasse por lá. Convida todos para um evento que ocorrerá na Unicamp nos dias 25 e 26 de março, um fórum permanente Brasil-Cuba. Essa é a terceira experiência da ProEEC pensando na internacionalização da extensão, esse fórum vai discutir as experiências de Cuba e Brasil relacionadas à indissociabilidade entre extensão, esporte, cultura e saúde. Receberão uma delegação de universidades cubanas que estarão aqui para conversar sobre todas essas atividades. Em relação ao Programa UniversIDADE, como

1 todos sabem, ele expandiu as suas áreas de ação para Limeira e Piracicaba, com início entre os
2 dias 07 e 10 de março. Em Limeira, houve 113 inscritos e 48 oficinas oferecidas. Em Piracicaba,
3 58 inscritos com 22 oficinas inscritas. Em Campinas, 1.020 inscritos com 187 oficinas inscritas
4 e mais 23 oficinas virtuais, totalizando 280 diferentes atividades. Convida também a
5 comunidade para no dia 21 de março participar de uma jornada na ADunicamp junto com a
6 Editora da Unicamp, para fazer o lançamento da primeira série de extensão universitária,
7 financiada pela ProEEC e Editora. Além disso, no dia 22, vão inaugurar a sala de computadores
8 do assentamento Milton Santos, fruto de uma ação muito interessante que envolveu a ProEEC,
9 a ADunicamp, algumas unidades de ensino, pesquisa e extensão, como a FCM e o IG, e uma
10 empresa que fez a doação das 20 máquinas que estão agora lá. A ADunicamp entrou pagando
11 a internet, a ProEEC entrou fazendo todo o apoio dos projetos para algumas coisas de
12 mobiliário, compraram a madeira e as pessoas montaram o mobiliário dentro de um programa
13 de extensão. Então, foi realmente uma coisa bem interessante e no dia 22 eles vão inaugurar, às
14 16 horas. Para finalizar, convida todos para, entre os dias 02 e 04 de abril, o 60º Encontro do
15 Forproex Sudeste, que vai reunir boa parte dos pró-reitores de extensão e cultura da região
16 Sudeste do país, e está em um processo de renovação. O Professor FERNANDO SARTI diz
17 que esta é a penúltima Cepe da gestão e fará uma certa prestação de contas da PRDU à
18 comunidade e, ao mesmo tempo, alguns agradecimentos aos órgãos que tanto interagiram com
19 a PRDU. Começar pela questão das contratações docentes: quando assumiram, em 2021, havia
20 um quadro de 1.934 docentes e, no caso da carreira que é a maior delas, a MS, 1.707. Vão fechar
21 2025, já com as contratações e as que estão em andamento, com 2.207. E, no caso de MS,
22 chegarão a 1.985, sendo este o maior patamar que a Universidade atingiu nos últimos 15 anos.
23 E também está convencido de que as contratações, esse investimento em pessoal, é certamente
24 o investimento mais valioso da Universidade. Nesse período tiveram, no caso da carreira MS,
25 quase 180 aposentadorias, mas repuseram muito mais do que isso. Ainda nessa linha, também
26 tiveram a progressão docente e, obviamente, as contratações; não pode deixar de fazer um
27 profundo agradecimento à senhora Maria Aparecida e à DGRH, que foram parceiros
28 fundamentais nessa empreitada e, evidentemente, a todos os colegas e todos que participaram
29 dentro da CVD. Na progressão, mais uma vez, um agradecimento muito forte à DGRH, que
30 conduziu de forma brilhante esse processo. Falando da progressão docente, tiveram entre 2022
31 e 2024 uma progressão de 1.200 docentes. Esses são números bastante expressivos, divididos
32 entre promoção por mérito, livre-docente e titulares. Só para terem uma ideia, mudaram a
33 estrutura da Universidade: havia, em 2021, 25% de livre-docentes dentro do quadro da
34 Universidade, hoje são 46%, além do número maior. Mas, também, avançaram na progressão
35 nas demais carreiras. Na carreira DEL foi 100% de progressão, na carreira MST 95%, na
36 carreira MA 100% de progressão, na carreira Deer 100% e na Carreira PQ 84%. No caso dos
37 procuradores, 100% de progressão. A progressão Paepe hoje tem seu processo todo
38 informatizado, e reforça seu agradecimento à senhora Maria Aparecida por toda a dedicação.
39 Na questão das contratações, tiveram, evidentemente, uma dificuldade de entregar para a
40 comunidade alguma dessas contratações, por conta do processo de regularização dos cargos

junto à Alesp, e deixa também seu agradecimento a todo o envolvimento da PG, junto com a DGRH, para que conseguissem fazer isso em um prazo bastante enxuto, tratando-se de um decreto do governador. Em dois anos, conseguiram essa regularização, o que não seria possível sem esse envolvimento da PG e da DGRH. Em termos de contratações, quando assumiu a PRDU, havia 6.420 servidores no quadro, e agora, início de 2025, estão com 6.950, já com mais 632 vagas em andamento, e tem sido feito todo o esforço por parte da DGRH para que essas contratações ocorram. Com isso atingirão 7.785 contratações, isso representa 1.100 a mais, um crescimento do quadro de 18%. Houve nesse período 250 aposentadorias, mas contratações da ordem de 1.400. Então há claramente uma reposição dos quadros. Não foi só a contratação, a progressão Paepe conduzida de forma brilhante pela DGRH fez com que tivessem uma progressão de 5.075 servidores. Em termos de aumento médio salarial, é uma média anual entre esse grupo de R\$16 mil. Lembrando que essas progressões representam, do ponto de vista desses servidores, ganhos permanentes. E, mais do que isso, estão em pleno andamento da quarta rodada, com todas as mudanças importantes que foram realizadas pela DGRH, em um processo que está completamente informatizado e bastante transparente. Do ponto de vista das certificações, são 101 órgãos na Universidade, concederam, a partir das certificações, um número de GRs hoje atingindo 1.835, ainda haverá algumas aprovações a serem realizadas mais tarde na CAD, com valores que chegam à ordem mensal de R\$4,9 milhões, valores também bastante significativos. Do ponto de vista do *ranking*, como o senhor Reitor fez referência antes, têm feito inclusão com qualidade. No THE World, quando assumiu a PRDU estavam na faixa de 400 a 500, hoje estão na 350 a 400. Em relação à América Latina, a Unicamp era a terceira universidade, hoje é a segunda. Com relação ao QS Mundo, em 2021 a Universidade estava em 233 e permaneceu assim, está hoje em 232. Na América Latina, ela era a quinta, está hoje em terceiro. Ou seja, continuam sempre nessa diretriz de que inclusão com qualidade e sustentabilidade é muito possível. Em sustentabilidade, a Unicamp hoje se orgulha de ser a segunda na América Latina dentro dos *rankings*. Falando um pouco das meninas dos olhos da PRDU, que foi o PPI, diz que mudaram o patamar de investimento nesta Universidade. Do ponto de vista dos investimentos executados, atingiram R\$88 milhões na Depi, somando os recursos da PDO e do PPI, o que dá uma média de R\$22 milhões anuais durante a gestão. Ao mesmo tempo, a Prefeitura executou investimentos da ordem de R\$55 milhões, fazendo com que a Universidade saltasse de um patamar de investimento nos últimos 10 anos de R\$4 milhões para R\$36 milhões anuais. Possuem um outro patamar hoje de investimento e todos aqui sabem da importância desses investimentos para a Universidade. Em relação ao Pind, nos três primeiros editais foram contemplados 337 projetos, valores concedidos de R\$21 milhões, e estão indo para o quarto edital. Reforça a solicitação da professora Ana de que isso se torne uma política permanente na Universidade, acho fundamental como um fator de atração para os novos docentes, assim como para os novos pesquisadores. Em relação ao PIN-PQ, foram 16 projetos, com recursos da ordem de R\$1 milhão. Solicita a todos que divulguem o Pind-4, que está aberto para receber os projetos até 30 de abril. Fizeram um levantamento e há 103 docentes dentro das Universidade aptos a participar do Pind, e gostariam que todos esses, de alguma

maneira, submetessem os seus projetos. Uma outra ação que a PRDU se orgulha muito, e, novamente, faz um agradecimento de público à DGRH, sobretudo à área de TIC da DGRH, que foi uma mudança que talvez as pessoas não se lembrem, mas quando receberam a PRDU, havia toda a questão em torno do Sipex. Hoje só utilizam o Lattes e não se fala mais desse assunto. Analisaram os Radep todo dia dentro da CIDP, dentro da CIDD, e isso parece algo pacificado dentro da Universidade. Ficou-se 20 anos discutindo o Sipex queriam tirar, mas ninguém tomava uma atitude, então acha que esse foi um avanço de toda a comunidade. A discussão financeira vai deixar para a CAD, mas, sem dúvida, talvez esses resultados pudessem ter sido um pouco melhores, sobretudo na questão das reposições, das contratações docentes e de funcionários, se já tivessem o quadro de cargos regularizado. Mas essa ação foi corrigida e isso permitiu, ainda a tempo, que assumissem aquele compromisso que tinham com o senhor Reitor. O MAGNÍFICO REITOR, dirigindo-se ao professor André, diz que um dos problemas, às vezes, que possuem é o excesso de teoria e pouca ação. As palavras são, sem dúvida, muito importantes, mas é a ação que muda a realidade. Tinha uma frase célebre de um desses líderes políticos de que a prática é o critério da verdade. De alguma forma, precisam transformar a realidade e fazer essas coisas se tornarem verdadeiras, com todas as dificuldades que um país dependente como o Brasil acaba enfrentando. A conselheira Giovanna já falou dos Racionais, lembra também do título do Celso Amorim, figuras com importâncias muito diferentes no Brasil, mas que tocam muito causas que são importantes para todos. Relata que a Reitora da Unifesp e sua equipe estiveram visitando a Unicamp, em particular para conhecer a Inova, em que a Unicamp é uma referência, uma história desde 2002, se não está enganado. Ele fez patente já em 1989 e a Unicamp já tinha uma estrutura de suporte. Receberam três delegações estrangeiras, de lugares muito diferentes: um convênio Unicamp com a Universidade Pedagógica de Maputo, da África; a Universidade Turim esteve com uma delegação aqui, é uma parceria estratégica na Europa, na Itália; e a Academia de Ciências de Shandong, uma província da China, os visitou. Fecharam um memorando de entendimento e havia representantes, obviamente, das universidades também. Informa que no dia 25 de março haverá a inauguração do Laboratório de Acessibilidade na Biblioteca Central, voltado principalmente para cegos e deficientes visuais, com toda uma estrutura de acesso a *papers*, a livros, na Biblioteca Central. Quanto à questão do assédio, levantada pela conselheira Giovanna, diz que por conta das restrições como instituição, é sempre necessário fazer sindicância. Se não houver uma ação que motive, uma ação das pessoas que foram atingidas ou de alguma forma que tenham conhecimento, não conseguem agir. Não possuem a liberdade de punir uma pessoa sem um devido processo de sindicância que tem que ser desenvolvido. E ele tem que chegar a evidências fortes, tem que ser comprovado para poderem tomar medidas. Então, é sempre importante colocar discussão pública, mas, na questão da institucionalidade da Administração, há restrições e, às vezes, é difícil. Reconhece que é uma coisa assimétrica; infelizmente, nessas questões de assédio de toda ordem, as vítimas estão em uma posição de fragilidade, mas a instituição não pode tomar decisões que não estejam amparadas no procedimento legal, no direito de defesa de quem eventualmente cometeu o delito. Sabe que não é fácil de resolver,

1 que é sofrido, que é assimétrico, mas não há como ultrapassar esse limite. Por isso tentaram
2 outras estratégias, que foi criar as comissões de negociação, criar alguma estrutura local para
3 que a pessoa não precise necessariamente se expor direto na Administração Central, para ver
4 se isso torna mais provável a pessoa exercer o seu direito de batalhar contra isso. Informa ainda
5 que estão na batalha para comprar o terreno anexo da moradia há muito tempo, houve várias
6 idas e vindas, porque era uma fábrica, tinha questões envolvidas sobre o uso do terreno, mas
7 estão aparentemente próximos de concluir. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT
8 SILVADO diz que o processo de aquisição, com toda a documentação, foi encaminhado à
9 Procuradoria Geral, a análise está sendo concluída, e acha que em breve liberam para a
10 conclusão da compra. O MAGNÍFICO REITOR diz que levantaram os custos por três
11 orçamentos do setor privado, que precisava indicar o valor, fizeram levantamentos na
12 Prefeitura, para ver se havia pendências, levantamento na Cetesb também, como poderiam ser
13 resolvidos esses problemas. Negociaram com a empresa para que problemas eventuais que
14 venham a ocorrer no futuro estejam expressos, de alguma forma, na matrícula, para que a
15 Universidade esteja protegida contra um problema futuro que possa surgir. Então, tudo isso
16 levou a um grande adiamento, mas aparentemente agora estão chegando à formulação final de
17 documentos que podem encaminhar a compra. Então, restará uma oportunidade para a próxima
18 gestão iniciar a ampliação da moradia. Em seguida, propõe votos de pesar às famílias de: Edison
19 Bittencourt, professor da Faculdade de Engenharia Química, que faleceu no dia 25 de
20 dezembro; e de Otávio Anovazzi, estudante da Faculdade de Engenharia Elétrica e de
21 Computação, que faleceu no dia 27 de fevereiro. Nada mais havendo a tratar, declara encerrada
22 a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente
23 Ata e solicitei a Aline Marques da Costa que a digitasse para ser submetida à aprovação da
24 Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão. Campinas, 18 de março de 2025.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na **410ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**, realizada em 08 de abril de 2025, sem alterações.*